

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

MARCOS MASCARENHAS B. RODRIGUES

**REGIÃO, REGIONALIZAÇÃO E REDE POLÍTICA:
Um Estudo Sobre a Atuação da Associação dos Municípios do
Araguaia-Tocantins (AMAT)**

Belém
2006

MARCOS MASCARENHAS B. RODRIGUES

**REGIÃO, REGIONALIZAÇÃO E REDE POLÍTICA:
Um Estudo Sobre a Atuação da Associação dos Municípios do
Araguaia-Tocantins (AMAT)**

Dissertação apresentada como requisito para a
obtenção do título de Mestre em Geografia.
Orientador Prof. Dr João Marcio Palheta da
Silva.

Belém
2006

Catálogo da Publicação na Fonte. UFPA – Biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

RODRIGUES, Marcos Mascarenhas B.

Região, Regionalização e Rede Política: um estudo da atuação da associação dos municípios do Araguaia-Tocantins (AMAT). Belém: PPGeo/UFPA, 2006.

129f.

Orientador: Dr João Marcio Palheta da Silva.

Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

1. Região 2. Regionalização 3. Rede Política 4. Título

XXXXXXXX

MARCOS MASCARENHAS B. RODRIGUES

**REGIÃO, REGIONALIZAÇÃO E REDE POLÍTICA:
Um Estudo sobre a Atuação dos Municípios do Araguaia-
Tocantins (AMAT)**

Dissertação apresentada como requisito para a
obtenção do título de Mestre em Geografia.
Orientador Prof. Dr João Marcio Palheta da
Silva.

Data da aprovação: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr João Marcio Palheta da Silva.
Departamento de Geografia / UFPA.

- Orientador

Prof. Dr Gilberto de Miranda Rocha.
Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) / UFPA.

Raymundo Garcia Costa Phd.
Departamento de Economia / UFPA.

A minha mãe, Maria de Nazaré Rodrigues, a companheira Nicolle Rafaella Costa Bezerra e a meu filho, Caio Marcos F. Rodrigues.

AGRADECIMENTOS

Expressar minha gratidão à capacidade extrema e absoluta do conhecimento, a Deus, pela oportunidade de poder perceber e entender a realidade em sua dimensão espacial. Agradecer a minha mãe pelos esforços que empreendeu para poder criar nossa família, reconhecer aqui sua importância neste processo responsável pelo ser em que me transformei.

Para elaborar este trabalho reporto-me ao ambiente acadêmico, reconhecendo a importância de todos, desde as pessoas responsáveis nos bastidores, em especial a secretária Marlene, por todo seu empenho em situações adversas para o funcionamento do curso.

A essência deste ambiente acadêmico constitui-se no processo dialogado com seu corpo docente, a contribuição de cada um dos professores, a começar pelo meu orientador, João Marcio, agradecer a sua paciência e as horas dedicadas a conversar comigo e por ter me aceitado naquela condição adversa, prestes a qualificar, mudando todo trabalho, começando do zero. Sou grato às conversas, tanto formais e informais, sobretudo, com o professor e Gilberto Rocha, este trabalho reflete em parte sua orientação, agradecer ao professor Raymundo Garcia Cota por participar gentilmente desde a qualificação desta dissertação e dar sua contribuição.

Outra dimensão do ambiente acadêmico diz respeito aos companheiros com os quais construímos este cotidiano e acabamos ganhando amigos, começo pelo articulador da turma, pelos debates e pela política cotidiana com o qual divertia nossos momentos, Giovane Mota, pelas elucubrações do Bené, a companheira Lílian.

Em especial minha gratidão vai para uma pessoa que doou muitos de seus momentos, carinho e compreensão e trouxe muitas alegrias e apoio, necessário para dar uma atmosfera em minha mente muito boa refiro-me a amiga, amante e companheira Nicolle Rafaella Costa Bezerra. Sou imensamente grato pela sua existência e presença em minha vida.

Ao meu filho as desculpas e gratidão pelos momentos que ficamos afastados para me dedicar aos estudos e produção da dissertação - és o maior presente dado por Deus à minha vida.

LISTA DE QUADROS, TABELAS, FIGURAS E MAPAS.

LISTA DE QUADRO

Quadro 01 - Mudanças Estruturais na Amazônia.	29
Quadro 02 - Espacialização por Estado da Alocação de Projetos Agropecuários na Amazônia Legal até o ano de 1985.	46
Quadro 03 - Data de Criação dos Municípios da Mesorregião do Sudeste do Pará na Década de 1960.	46
Quadro 04 - Data de Criação dos Municípios da Mesorregião do Sudeste do Pará Década de oitenta e noventa (1980 e 1990).	53
Quadro 05 - Classificação das Atribuições as Pessoas Jurídicas.	56
Quadro 06 - Configuração Territorial Vencedora.	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Posição de destaque dos cinco municípios de maior relevância da AMAT: PIB, Participação na Economia do Pará e Ranking.	58
Tabela 02: População dos municípios com maior números de presidências na AMAT (1980-2005).	61
Tabela 03 – PIB das mesorregiões do Estado do Pará – 1999-2003.	62
Tabela 04 - Mesorregião do Estado do Para - emprego formal na atividade industrial (1986/89/93/96).	63

LISTA DE SIGLAS

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

CVRD - Cia. Vale do Rio Doce

DIEPI - Diretoria de Estudos, Pesquisa e Informações Socioeconômica

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

PIN - Plano de Integração Nacional

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PGC - Programa Grande Carajás

Seduc - Secretaria Executiva de Estado de Educação

Sedurb – Secretaria Executiva de Desenvolvimento Urbano e Regional do Pará

SEPOF - Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças

SIVAM - Sistema de Vigilância do Amazônia

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UHT - Usina Hidrelétrica de Tucuruí

UTI - Unidade de Terapia Intensiva

Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância

RESUMO

A discussão sobre região pretende dar subsídios para compreender as dinâmicas territoriais no Brasil e suas implicações a nível regional tendo como seu principal agente de uma nova proposta de regionalização para o Pará a Associação dos Municípios do Araguaia-Tocantins (AMAT). Cujas implicações resultam em novas formas de conceber a região e sua forma de operacionalização metodológica, a regionalização, sendo usada nesta pesquisa enquanto instrumento para se confirmar hipótese. Tendo como norteador do trabalho a problemática: em que medida pode-se efetivar uma regionalização do estado do Pará, a partir dos arranjos sócios-políticos com os quais são estabelecidas representatividades, a partir das ações da AMAT? O que levou a rede política constituída pela AMAT no sudeste do Pará a se diferenciar e consolidar de forma a ter destaque no Estado? O estabelecimento das redes políticas possui a capacidade de incorporar a dimensão territorial na execução de suas estratégias para pensar e gerir um projeto regional junto aos municípios partícipes, conseqüentemente melhorando a atuação municipal? Tendo como hipótese central, que o processo de adensamento da rede política no sudeste do Pará é responsável pela insurgência de processo de novas sub-regionalizações como a que vemos com a proposta de criação de um novo estado, com o desmembramento da mesorregião do sudeste paraense. O percurso metodológico foi feito através da reconstituição histórica das transformações territoriais, com vistas a compreender as novas regionalizações, a partir de uma visão de totalidade da qual nosso recorte faz parte e sofre rebatimento, utilizando entrevistas, pesquisa secundária e estudo bibliográfico.

Palavras-chaves: Regionalização, Zoneamento, Ações Institucionais, Estado de Carajás.

ABSTRACT

The discussion on region intends to let subsidies to understand the territorial dynamics ones in Brazil and his implications at regional level having like his principal agent of a new proposal of regionalization for the Para to Association of the Municipal districts of the Araguaia-Tocantins (AMAT). Whose implication turns in the new forms of conceiving the region and sweats form of practice methodological, the regionalization, being used in this work while instrument for confirmed that hypothesis. Having how problematic: In which measure is it possible to bring into effect a regionalization of the state of the Para, from the arrangements partner-politician with which they are established representative, from the actions of the AMAT? What took the political net constituted by the AMAT in the south-east of the Para to be differentiated and to consolidate in the form to have distinction in the State? Does the establishment of the political nets have the capacity of incorporating the territorial dimension in the execution of his strategies to think and to manage a regional project near the informing local authorities, consequently improving the municipal acting? Having like central hypothesis, that the process of concentration of the political net in the south-east of the Para is responsible it shears insurgence of process of new sub-regionalization like that we see with the proposal of creation of a new state, with the dismemberment of the big-region of the south-east from Para. The methodology way by it through the historical reconstitution of the territorial transformations, with sights to understand the new regionalization, from a vision of totality of which our cutting out makes part and suffers criticism, using interviews, secondary inquiry and bibliographical study.

Key-Words: Regionalization, Modal Zone, Institutional Actions, State of Carajas.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. REGIÃO, REGIONALIZAÇÃO E REDE POLÍTICA	16
2.1. REGIÃO, REGIONALIZAÇÃO E REDES POLÍTICAS	16
2.2. REGIÃO	18
2.3. REGIONALIZAÇÃO	23
2.4. REDES POLÍTICAS	26
3. SURGIMENTO E O FORTALECIMENTO DE MUNICÍPIOS NO SUDESTE PARAENSE: A CONSTRUÇÃO REGIONAL NA AMAZÔNIA ORIENTAL(1970-1990)	37
3.1. DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL AMAZÔNICO E SUAS IMPLICAÇÕES NA MESORREGIÃO DO SUDESTE DO PARÁ.	38
3.2. DINÂMICA TERRITORIAL E CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS	41
3.2.1. PLANEJAMENTO, FRONTEIRA E O SUDESTE DO PARÁ: 1960	43
3.2.2. INCURSÃO SOBRE A DÉCADA DE SETENTA (1970)	47
3.2.3. INCURSÃO SOBRE A DÉCADA DE OITENTA E NOVENTA (1980-90)	49
4. ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL: O CASO DA ATUAÇÃO DA AMAT (1977-2006)	55
4.1. ASSOCIAÇÃO: UMA DEFINIÇÃO JURÍDICA	55
4.2. AMAT: A FORMAÇÃO DE REDES POLÍTICAS NA MESORREGIÃO DO SUDESTE PARAENSE	57
4.3. DA ASSOCIAÇÃO À REGIONALIZAÇÃO: A CRIAÇÃO DO ESTADO DE CARAJÁS	65
Considerações Finais	80
Referência Bibliográfica	84
Anexo	90

1 INTRODUÇÃO

A constituição de 1988 lança as novas bases para refletirmos sobre a questão federativa no Brasil, questionar e requerer correções no pacto federativo, conduzindo o processo para a descentralização administrativa e suas implicações de base territorial, recaindo sobre a esfera municipal maior ênfase, na mesma medida em que complexificação da sociedade brasileira acirra suas demandas. Numa contextualização mais ampla, temos uma nova postura do comportamento do Estado-Nação. Na verdade, delineia-se nova atuação, marcada pela efetivação de políticas neoliberais. No Brasil, em certa medida, tivemos com a descentralização um repasse de responsabilidade não acompanhado pela conseqüente condição para sua efetivação, quer pela incapacidade técnica ou falta de recursos.

A formação de uma associação municipal como a do Araguaia-Tocantins (AMAT) reúne condições para ‘melhoria da gestão municipal’, frente à crise fiscal, as distorções do pacto federativo, as crescentes demandas das sociedades locais por serviços, uma vez que tem a capacidade de ajudar a acessar recursos de varias ordens, efetuar função de interlocutor perante atores de extrema relevância na região, como grandes empresas, levantar empréstimos, prestar acessória técnica, contribui na formação de estoque de capital político para barganhar nas mediações entre esferas de poder, como o governo estadual e a união, dotando seus municípios associados de capacidade técnica e política para fortalecer suas gestões.

A discussão sobre região pretende dar subsídios para compreender a importância da atuação da Associação dos Municípios do Araguaia-Tocantins (AMAT), contribuindo para melhorar as dinâmicas territoriais, reatamento do período atual, implicando em novas formas de conceber a região e sua forma de operacionalização metodológica, a regionalização. Enquanto instrumento para se confirmar hipóteses. Por exemplo, a densificação e complexificação das redes políticas estão no centro das novas transformações e origem de novos recortes, que emergem, em especial, na área dos municípios que compõe a AMAT, a mesorregião do sudeste paraense.

O estudo da Associação dos Municípios do Araguaia-Tocantins, enquanto escolha de recorte para pesquisa no Estado do Pará é justificada pelo seu destaque no cenário estadual, pela sua origem ainda durante a década de 1970, pela sua atuação almejando

pensar a região, seu desenvolvimento enquanto especificidades de seus municípios e conseqüentemente pensar a melhor forma para se efetivar as políticas públicas e resolver os problemas cotidianos de seus municípios.

O caminho percorrido pela associação até chegar a ponto de amadurecer uma proposta de fragmentação do território paraense, exprimindo uma nova regionalização para o Pará, concatenado ao processo inserção de atividades econômicas dando destaque a esta porção da Amazônia, compondo uma elite política, que em sua articulação lança os fundamentos da rede política, tendo como sua matriz a Associação dos Municípios do Araguaia-Tocantins (AMAT).

Sua relevância para o estudo regional legitima-se ao compreender as dinâmicas sócio-espaciais, nas suas relações estabelecidas transitando pelas escalas de articulações local, regional, nacional e global, deste recorte espacial, no período em questão (1970-2000). Levando-nos a compreender os fatores responsáveis pela diferenciação desta mesorregião, seu destaque político e econômico e iniciando uma caminhada na direção do possível fortalecimento de sua gestão.

Na Amazônia, mais especificamente no Pará, as novas relações originadas, a partir da década de 1980, envolvem novos atores sociais, na reestruturação sócio-espacial, como é o caso da Cia. Vale do rio Doce (CVRD), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), empresas, fazendeiros, sindicatos rurais, associações de moradores, ongs, etc. Remetem-nos aos seguintes questionamentos considerados importantes e norteadores para o desenvolvimento da pesquisa: em que medida pode-se efetivar uma regionalização do Estado do Pará, a partir dos arranjos sócios-políticos, com os quais são estabelecidas representatividades, a partir das ações da AMAT? O que levou a rede política constituída pela AMAT no sudeste do Pará a se diferenciar e consolidar de forma a ter destaque no Estado? Através da atuação do AMAT se consegue estabelecer uma rede política de forma a representar os interesses dos prefeitos da associação ou de um grupo ao representar junto ao governo do Estado e a União os interesses dos partícipes da referida associação?

Destacamos de forma geral entre os objetivos, analisar e identificar no que a Associação dos Municípios do Araguaia-Tocantins concerne sua gestão e sua eficácia na implementação de um projeto de desenvolvimento regional e conseqüentemente no

estabelecimento da rede política, na promoção de sua maior densidade junto aos municípios participantes da associação.

Quanto aos objetivos específicos pretendemos identificar as várias políticas implementadas pela AMAT que orienta as ações municipais, implicando na promoção do desenvolvimento regional. Investigar os atores sociais, os poderes políticos de influência e suas repercussões na mesorregião do sudeste Paraense através da mediação da AMAT. Além de analisar quais os elementos que dão a AMAT condições para efetivar uma proposta de regionalização e fragmentação no Estado do Pará.

O estabelecimento e densificação da rede política no sudeste paraense com uma expressão material e interlocução na AMAT é responsável pela insurgência de circuitos espaciais de poder, hipótese esposada pela presente pesquisa, repercutiu em um processo de regionalização, que em seu extremo almeja a fragmentação do Estado do Pará, com a criação do Estado de Carajás.

Ainda que reconheçamos a importância e transformações pela atuação da AMAT em âmbito regional, junto a cada um dos municípios que a compõe, reconhecemos suas limitações ao não conseguir conceber e, conseqüentemente não conseguir executar um planejamento regional para a região por ela reivindicada. Bem como não consegue efetivar lideranças políticas capazes de canalizar as demandas regionais, não há, portanto um projeto de desenvolvimento para a região, nem uma liderança política consolidada, o que no mínimo era requerido, como condição prévia para quem deseja formar um Estado.

Como fundamento teórico e metodológico para elaboração da dissertação trabalhamos em seu segundo capítulo de conceitos como região, remetendo-o ao momento presente de forma a trazer para nossa realidade, a amazônica, para então pensarmos sobre sua operacionalização. A discussão sobre regionalização passa como uma forma empregada para compreendermos os interesses em jogo por de traz dessa partilha. Quanto a questão que diz respeito a dinâmica do território remete-nos ao conceito de rede política.

No terceiro capítulo tratamos da forma como esta porção do Pará sofreu intensas transformações em decorrência de expressar a fronteira para o capital, naquele momento, corporificando a ponta de lança do regime de acumulação em suas múltiplas articulações, nacionais e internacionais. Tendo como rebatimento direto o incremento demográfico originário de outras regiões, a população desta suposta região não possui um vínculo, um

sentimento de pertencimento, não há uma identidade regional. Substrato e legitimidade de uma região.

No quarto capítulo tratamos do estudo da associação municipal, mais especificamente da atuação da Associação dos Municípios do Araguaia-Tocantins (AMAT) das estratégias empreendidas, da disseminação dos discursos que tentam legitimar os interesses das elites regionais, cujo maior intento é conduzido para a criação do Estado de Carajás.

II. REGIÃO, REGIONALIZAÇÃO E REDE POLÍTICA.

O entendimento dos conceitos que elegemos, de Região, Regionalização e Rede Política, diz respeito à nossa intenção de compreensão das dinâmicas postas pelo território, cujo rebatimento imprime novos recortes, conseqüência do estabelecimento e das articulações da rede política, que originaria na Amazônia Oriental, mais especificamente compreendida na porção sudeste do Estado do Pará, responsável pelo estabelecimento de uma ‘nova regionalização’.

Os conceitos em tela têm a capacidade de dar condições para entender os rebatimentos da dinâmica econômica da formação econômico-social em nosso território, as articulações que se dão intra e inter-regional, mais especificamente nesta porção da Amazônia, conseqüência da totalidade a qual está inserida e articulada.

A constitucionalização de regionalizações no Brasil contemporâneo é processo em um movimento vigoroso e remete a emergência de regionalizações na Amazônia Oriental, tendo na AMAT um agente que a um só tempo enseja canalizar os anseios de uma elite econômica e política com intuito de acumular poder, quer pelo acúmulo de recursos que a possível regionalização seguida da fragmentação repercutirá ao criar o Estado de Carajás.

2.1 REGIÃO, REGIONALIZAÇÃO E REDES POLÍTICAS

A produção do pensamento geográfico tem trilhado diferentes caminhos conceituais, um deles nos remete ao *território*, posição central nos debates geográficos e também uma manifestação singular na obras dos seus pensadores. Entre esses se encontra Milton Santos, cujo livro *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, coroa seu pensamento, fruto de um longo processo que forjou tal intelectual. Uma outra abordagem, ainda em processo de construção, que consideramos, sobre Território, ou

melhor, sobre, des-re-territorialização, é de Rogério Haesbaert, com seu livro “O Mito da Desterritorialização”, centrando sua análise sobre aspectos subjazem ao território, como a economia, cultura, sobretudo, política, que mais nos interessa. Além de autores que ao tratarem da expressão espacial do poder, como Paul Claval (1978), Claude Raffestin (1993), Bertrand Bardie (1995) foram alguns que nos ajudaram na construção teórica.

Sobremaneira, consideramos Bertha Becker(2004a) , com sua obra vasta sobre a Região Amazônica, destacando sua relevância nos dias de hoje, considerando seu livro mais recente, Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio, que tem como um dos méritos analisar o significado dessa região para os contextos nacionais e internacionais nos dias de hoje, e, ao final faz uma proposta de regionalização para a Amazônia, com vista ao planejamento. Além, é claro, da contribuição dos trabalhos de Ivaldo Gonçalves de Lima, que remetem à questão central desta dissertação, que é a expressão espacial de circuitos de poder, percorrendo caminho na interface entre a Ciência Política e a Geografia, repercutindo em possibilidade de estudar um caso, levando tais considerações como subsídios para execução da referida pesquisa a respeito da articulação política e sua implicação para a efetivação das políticas públicas junto aos municípios associados da Associação dos Municípios do Araguaia-Tocantins (AMAT).

O debate em torno dos conceitos, de sua reprodução ou noções deve ser vivenciado por uma ciência que busque, na impregnação e na prática cotidiana, aproximações da realidade, fazendo adesão à idéia de Edgar Morin (2003) de complexidade, considerada como o esforço para conceber o incontornável que o real lança em nossa mente” e que, portanto, “a complexidade é aquilo que tenta conceber e articular, a identidade e a diferença de todos estes aspectos” (MORIN, 2003, p. 176). Nesse sentido, aponta o conhecimento como multidimensional, não podendo negar o que comporta em seu interior, “um princípio de incompletude e de incerteza” (p.177), que a nosso ver parece ir ao encontro, e responde às necessidades das ciências sociais ao tratarem de fenômenos tão instigantes como os que revestem a humanidade, compõem a constituição societária, de expressão espacial. Sua metodologia resvala calmamente no atual momento sinalizando a crise de paradigmas, na medida em que sugere para que possamos refletir sobre conceitos, sem nunca considerá-los acabados, e que façamos as articulações entre o que foi separado.

A seguir, discutiremos sobre cada uma das categorias, tentando não dissociar essa tríade, mas apenas para melhor compreender suas fundamentações teóricas – práticas, como segue.

2.2 – REGIÃO.

O processo que compõe a trajetória em torno do conceito de região consubstanciou a Geografia enquanto ciência, ficando evidente que a região daria a Geografia mais que um objeto próprio, um método, sobretudo seria responsável por “uma interface particular entre a consideração dos fenômenos físicos e humanos combinados e considerados em suas diferenças locais” (GOMES, 1995, p. 59).

Para Eliseu S. Spósito (2003), a região representa um tema com a capacidade de possibilitar o entendimento do pensamento geográfico, perpassando um caminho repleto de autores, idéias e obras. Enquanto categoria fundadora da Geografia tem na sua origem num caráter eminentemente geopolítico, resultando, em períodos relevantes de sua existência, de sua afirmação, manifesta na confrontação, mesmo continuidade das escolas geográficas, como a francesa e alemã, na segunda metade de século XIX.

Para Sandra Lencioni (2003) a utilização do conceito de região pela Geografia gerou um processo de mistificação na medida em que encobre problemas de ordem social e outro de ordem político, quando estabelece uma correlação de forças expressa no imperialismo e a consolidação de um discurso legitimador do Estado-Nação, disciplinando as sociedades nacionais, tornando subjugadas as sociedades distantes do centro hegemônico de então: “O conhecimento dos lugares não se constitui, assim, em motivação apenas para viajantes, exploradores e cientistas. Era de interesse prioritário para o poder político e econômico do Estado-nação”. (LENCIONI, 2003, p. 74). Tendo a produção

científica a função de legitimar os interesses capitalistas em seu processo de expansão, cabendo ao Estado um papel extremamente relevante ao conduzir estes processos.

Os momentos de ‘desenvolvimento’ da Geografia nos remetem às formas de elaborar a divisão regional, como proceder à análise regional, enfim como regionalizar, acrescentamos que sendo a expressão da totalidade¹, tal como se apresenta:

¹ A noção de totalidade é considerada uma das noções mais fecundas legadas pela filosofia clássica ao constituir elemento fundamental para compreensão da realidade, segundo a qual todas as coisas

[...] no período de globalização – totalidade empírica – para examinar as relações efetivas entre Totalidade-Mundo e os lugares. Isso equivale a revisitar o movimento do universal para o particular e vice-versa, reexaminando, sob este ângulo, o papel dos eventos e da divisão do trabalho como uma mediação indispensável (SANTOS, 2004, p. 115).

Como totalidade aberta, um sistema que pode incorporar outras totalidades, igualmente abertas, que no momento contemporâneo reveste-se de complexidade, imprime as relações causais cujas determinações nem sempre podem ser apreendidas pelas formulações teóricas a cerca da região, como estavam sendo postas pela Geografia Nova e Teorética - Quantitativa. Daí a superação das mesmas e a necessidade premente de atualização requerida em cada momento histórico, a busca de elaboração de um conceito presente (LENCIONI, 2003; SANTOS (2004 [1977]); SILVEIRA, 2003).

Nas acepções de Maria Laura Silveira (2003) sobre região, esta considera que

[...] há necessidade de entender o significado do período em cada região, as transformações, o uso atual do território, para que as regiões possam ser de um lado, interlocutores, mas de outro lado, e, sobretudo, produtoras de condições aptas para o trabalho e a vida da população nos lugares (SILVEIRA, 2003, p. 415).

Menciona que se deve considerar a datação dos conceitos, uma vez que é consequência do processo social e este é determinado a cada período histórico, daí sua afirmação que “o conceito tem uma duração, são datados” (SILVEIRA, 2003, p. 409). Eles têm limitação temporal, eles morrem e com eles a disciplina que não se renova, resultando para a Geografia, neste particular ao dar explicitações e interpretações críticas, que procurem apreender a realidade contemporânea, sagazmente veloz, imperiosamente homogenizante, dotada de aceleração, sobretudo fragmentária.

A Geografia Crítica estabeleceu-se contrapondo à Nova Geografia, desvinculando o conceito de região de uma lógica formal e de uma linha empiricista, tendo como marco a década de 1970, na qual as ciências foram chamadas a empreender uma prática social firmada no materialismo histórico e dialético segundo Meri Lourdes Bezzi (2004).

A Geografia Crítica interessava, ao analisar o modo de produção e das formações socioeconômicas, dar explicitações das distintas formações socioeconômicas espaciais de forma a dar melhor elucidação da dinâmica regional, neste momento considera os agentes

presentes no universo formam uma unidade, é a realidade em sua integridade, totalidade das coisas existentes, das situações (SANTOS, 2004).

da organização espacial, destacando o peso do Estado, na consecução premente para se entender a estruturação espacial, segundo Meri Lourdes Bezzi (ibdem).

As diferenças regionais teriam na lei do desenvolvimento desigual a problemática espacial regional e internacional. Edward W. Soja (1993, p. 130) interroga-se sobre o papel do desenvolvimento geograficamente desigual, considerando o contexto da reprodução ampliada do capital, que em sua opinião permearia a obra de Lefebvre, dito desta forma:

[..] a sobrevivência do capitalismo e a produção associada de sua espacialidade característica dependeram da diferenciação do espaço ocupado em regiões “superdesenvolvidas” e “subdesenvolvidas”, da justaposição e da combinação constante de desenvolvimento e do subdesenvolvimento (SOJA, 1993, p. 130).

Um campo teórico amplo que subsidiaria o conceito de região, na medida em que possuía manifestação espacial, quando traduz em um processo de regionalização que não diferencia apenas países, mas suas parcelas constitutivas, as regiões: “Permite que se considere a diferenciação resultante da presença de fenômenos originados em tempos históricos diferentes coexistindo no tempo presente e no espaço” (SOJA, 1993, p. 42).

Considerando que a diferenciação de áreas no modo de produção capitalista se acentua manifestamente constituída pelos seguintes mecanismos:

- a) a divisão territorial do trabalho, o que define o que será produzido aqui e ali;
- b) o desenvolvimento dos meios e técnicas de produção e a combinação das relações de produção originadas em momentos distintos da história, que definem como se realizará a produção;
- c) a ação do Estado e da ideologia que se espacializa desigualmente, garantindo novos modos de vida e a pretensa perpetuação deles;
- d) a ampla articulação, através dos progressivamente mais rápidos e eficientes meios de comunicação, entre as regiões criadas ou transformadas pelo e para o capital (CORRÊA, 1990, p. 44-45).

Em seu estudo sobre o conceito de região, Áurea Correa de Miranda Breitbach (1988), ao trabalhar concepções de autores da linha marxista, ressalta aspectos relevantes ao se buscar consubstanciar um corpo teórico em torno do referido conceito, que não deva ser nem unívoco, muito menos estanque, mas que dialogue com momentos históricos do

presente, que acompanhe o movimento analítico da realidade em permanente transição, de forma que seja:

[..] capaz de captar e dar substância analítica à realidade deva, ao nosso ver, fazer uso de categorias básicas como espaço (conforme concepção exposta no segundo capítulo), modo de produção e divisão do trabalho. Esse é o instrumental teórico fundamental que o pesquisador deva manusear para compreender a realidade regional. Sob essa ótica, o pesquisador tem condições de perceber a história da região – que é um dado escassamente considerado nas análises correntes -, evidenciando-se assim a noção de processo. (BREITBACH, 1988, p. 90).

Breitbach (1988, p. 92) teve como preocupação fundadora em sua pesquisa “o tempo todo, foi averiguar em que medida e sob que princípios uma realidade - a região – é passível de ser conceituada no sentido de se *desvendar*, e não apenas de descrever”. Dado o grau que o momento presente reveste a realidade, tanto acelerada como diversa, o processo de *globalitário*, propugnado por Santos (2001), impõe ao pesquisador que se apóie num instrumental que, emergido da realidade, possa assegurar condições de proporcionar uma visão que contemple a essência da realidade, enriquecendo, assim, a própria categoria, possibilitando fazer o movimento de retorno ao real, levando-o a aprimorar e enriquecer esta categoria, a região.

Nesse direcionamento contribui Renato Nunes Balbim (2001, p.90), ao considerar o método para pesquisa regional, passando pelo: “materialista histórico-dialético, na busca pela compreensão da sociedade em seu movimento histórico, e a partir, de sua dimensão espacial”, de forma a contribuir com uma visão crítica da sociedade, contrapondo-se à visão e ao método que até dias de hoje ainda influenciam as concepções sobre região. É o caso as visões naturalistas que, ao não apreender a tessitura societária, seus embates, suas contradições, ao não interpretá-los em sua expressão espacial, mostra-se frágil e comprometedor do corpo teórico da referida disciplina.

O movimento e preponderância do capital financeiro em escala planetária dotado de fluidez nunca vista, possibilita um efetivo enfraquecimento dos conceitos sobre região, na mesma medida em que faz emergir regionalismos, daí a busca da atualização para o período presente, a ponto de remetermos as argumentações de como podemos operacionalizar a regionalização de um dado território, como o Brasil.

Diante deste período as contribuições de Milton Santos (1994, 1994b, 2004, 2005) parecem ir ao encontro, se não das respostas, pelo menos fornece uma forma para poder

compreender as transformações do mundo contemporâneo, ajudando, conseqüentemente a compreender como se dá à inserção do Estado-Nação e, por conseguinte a dinâmica regional, com implicações bastante esclarecedoras para o Brasil e para a Amazônia em especial.

Em *Metamorfose do Espaço Habitado*, Santos (1994) ao criticar as posturas empiristas sobre região, teorizou o tema com base no funcionamento da economia mundial e seu rebatimento na economia de um país, das demais instituições, e do conjunto de agentes da economia, a começar pelos seus atores hegemônicos. Logo, estudar uma região representaria embrenhar-se na complexidade de relações, formas e funções, organizações, com seus mais distintos níveis de interação e contradição (SANTOS, 1994).

Em sua produção intitulada *Técnica Espaço Tempo, globalização e meio técnico-científico informacional*, Santos (1994b) afirmou que as regiões são subdivisões do espaço: do espaço total, do espaço nacional e mesmo do espaço local, por que as cidades maiores são possíveis de regionalização. As regiões são espaços de conveniência, meros lugares funcionais do todo, pois, além dos lugares, não há outra forma de existência do todo social que não seja a forma regional.

O referido autor considera a existência de dois tipos de região, regiões “do fazer” e as regiões “do mandar”, sendo que esta última é marcada peculiar densidade dos sistemas de engenharia e envergadura para exercer o poder, sistemas de ações. Já nas regiões onde sistema de objetos e sistema de ações são de menor densidade, tem-se a sede da dependência, do obedecer.

O depreendemos com a mudança da definição do conteúdo funcional das regiões é a elevação da dificuldade de compreensão analítico-interpretativo das regiões, uma vez que temos uma mudança de uma solidariedade orgânica, pautada na contigüidade, para uma solidariedade organizacional, segundo Santos (2004) fundada no interesse das grandes corporações.

Temos dinâmicas e processos territoriais em torno do Estado-Nação responsáveis por novas regionalizações, ou, sub-regionalizações, requerendo uma atualização dos procedimentos e critérios adotados quanto a este processo de regionalizar discutidas na próxima seção.

2.3 – REGIONALIZAÇÃO.

Ao objetivarmos atingir uma compreensão acerca da insurgência de novos recortes regionais na Amazônia fazem-se necessárias algumas considerações ao operacionalizarmos recortes dentro de um território, recaindo as discussões sobre regionalização. Para se proceder a uma regionalização, são bastante pertinentes às indagações de Ester Limonad (2004, p. 57), “A região em si remete de imediato a sua construção enquanto tal o que nos conduz a indagação: Por que regionalizar? A quem ou para que servem as regionalizações?”.

A compreensão do mundo hoje é permeada de metáforas espaciais, relegando ao espaço uma posição que acreditamos ser explorada pelos geógrafos, como globalização, formação de blocos econômicos, fragmentação. Tem a capacidade de subsidiar a compreensão do momento presente lançado como condição para elucidarmos a aceleração, de certa forma apresenta-nos a contemporaneidade, que nas palavras de Maria Adélia A. de Souza (2000), nos remete à categorização da técnica, que por sua vez alterará de forma inequívoca outra duas categorias: tempo e espaço.

Atravessamos uma fase de acumulação do capital, chamada de globalização, que por sua vez, imprime ao espaço geográfico novas formas-conteúdos. Ao considerarmos o espaço como, “... um conjunto indissociável de sistema de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não” (SANTOS, 2005, p. 146). Considerando-o como algo unitário, imbricando materialidade e ação humana. De tal sorte, que devemos considerar outras características importantes do processo de globalização, na medida em que é responsável pela mundialização do espaço geográfico, e que, portanto, implicam em transformações de repercussões na esfera regional:

- A transformação dos territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional;
- A exacerbação das espacializações produtivas em nível do espaço;
- A concentração da produção em unidades menores, com o aumento da relação entre produto e superfície – por exemplo, na agricultura;
- A aceleração de todas as formas de circulação e seu papel crescente na regulação das atividades localizadas, com o fortalecimento da divisão territorial e da divisão social do trabalho, e a dependência deste em relação às formas espaciais e as normas sociais (jurídicas e outras) em todos os escalões;

- A produtividade espacial como dado na escolha das localizações
- O recorte horizontal e vertical do território;
- O papel da organização e os do processo de regulação na constituição das regiões;
- A tensão crescente entre localidade e globalidade à proporção que avança o processo de globalização (SANTOS, 2005, p. 147)

Em *A Natureza do Espaço*, Santos (2004) considera existência pretérita de regionalizações faziam-se horizontalmente a partir da extensão das áreas de influência e da dominação e da organização de uma extensão territorial a partir de uma cidade ou rede de cidades. Entretanto com o rebatimento da terceira revolução temos uma nova configuração, resultando em novas regionalizações, estas ditas verticais, por intermédio da inter-relação entre pontos, lugares, selecionados, propiciadas pelos avanços tecnológicos das comunicações e transporte, de tal forma a superar as tradicionais hierarquias urbanas pelas redes de interações ou redes de cidades globais.

Para David Harvey (2004, p. 84) o termo globalização assinala “uma profunda reorganização geográfica do capitalismo”, irradiando, desse momento, contradições histórico-geográficas, que periodicamente afloram. Portanto, o capitalismo está numa intensa busca de acelerar o tempo de giro do capital, “apressar o ritmo de circulação do capital e, em conseqüência, de revolucionar os horizontes temporais de desenvolvimento” (HARVEY, 2004, p. 86). Uma segunda barreira a ser extrapolada pelo capital é a do espaço, ao aniquilar o espaço por meio do tempo. Entretanto, tal investimento, só é realizável através da produção de um espaço fixo dotado de tal fluidez, logo,

[...] o capitalismo produz uma paisagem geográfica (de relações espaciais, de organização territorial e de sistemas de lugares ligados por meio de uma divisão “global” do trabalho e de funções) apropriada a sua própria dinâmica de acumulação num momento particular de sua história, simplesmente para ter que reduzir os escombros e reconstruir esta paisagem geográfica a fim de acomodar a acumulação num estágio ulterior (HARVEY, 2004, p. 87).

Ao analisarmos o território brasileiro temos a dimensão das articulações entre as regiões tradicionais e a insurgência de novas regiões, sob novo ângulo compreender as relações inter-regionais. Considerando, para tanto, a potencialidade dos territórios, em termos de potencial humano e cultural, da iniciativa política e do acesso às redes de

comunicação e informação, sem perder de vista as estratégias e as formas de influência das redes políticas no atual período (BECKER, 2004b).

As questões desenvolvidas em torno das políticas públicas para o território remetem a definição de critérios de regionalização e ao criar regiões instrumentais que ao identificar problemas possam tentar encaminhar possíveis soluções, como feito por Becker (2004) no capítulo sexto do seu livro, Geopolítica na Virada do III Milênio, intitulada “A Nova Geografia da Amazônia e a Regionalização Como Estratégia de Desenvolvimento” ao tratar da forma como o planejamento regional enquanto instrumento básico, pode ser usado para compatibilizar desenvolvimento e sustentabilidade para a Amazônia, desde de que concomitante haja por parte da sociedade participação, empoderamento, e conscientização nas decisões e medidas a serem tomadas.

O desenvolvimento regional tem uma dimensão cuja instância de representação pode ser entendido pela intervenção do Estado através de políticas públicas com vista ao planejamento, garantindo o

[..]uso del espacio de tal manera que sean elementos codyuvantes al desarrollo social, económico, político, democrático y humano, es razón sustentable al uso racional y ordenado em cuanto que sea justo, equitativo e igualitario.(RAMÍREZ, 2006, p. 17).

Esta proposição a cerca do desenvolvimento regional a partir do ordenamento do território² parece ir ao encontro de uma abordagem relacional ao objetivar incorporar, ou tentar, intervenções que busquem um desenvolvimento de forma íntegra ao recorrer às múltiplas dimensões encerradas no espaço, expressas no cotidiano regional, ao nosso ver tal concepção parece, se isso for possível, neutra, por ignorar o Estado enquanto contradição e disputa de classes, abordado por nós no primeiro capítulo, fundamentado em Harvey (2002).

O ordenamento por sua vez pode ser distinguido em dois âmbitos. O ativo, quando implementado pelo Estado e almejar superar as assimetrias e desigualdades existentes das contradições derivados do crescimento econômico, este ordenamento é induzido (RAMÍREZ, 2006). Tais proposições de Ramirez (2006) parecem subsidiar o que ocorreu

² Segundo Ramírez (2006) as políticas públicas em torno do ordenamento do território adquirem relevância na medida em que sejam um meio de democratização da vida pública, da organização do território e as estratégias de regulação e controle dos conflitos sócio-territoriais, que são as condições básicas para garantir a *democracia*.

no passado no Brasil com os militares ao efetivarem através dos órgãos de planejamento em nível regional, como a SUDAM e a SUDENE, suas ações de produção do espaço, durante da década de 1960, 70 e 80.

O ordenamento passivo é aquele relacionado com o uso e ocupação do território inerente à lógica de desenvolvimento, podendo ser considerado autônomo. No sentido de elaborar e dar manutenção ao zoneamento de regiões como critério para elaborar novos cenários.

A contribuição do ordenamento territorial para o desenvolvimento regional reside na sua qualidade de ser um processo de planificação, no qual há uma indução por parte do organismo central, em parceria com as comunidade, e conhecedor da realidade do lugar, que busque implementar cenários locais ideais concatenado com as aspirações do próprio esquema de desenvolvimento.

De forma particular para esta porção da Amazônia o ordenamento territorial deva levar em consideração mais do que a disposição dos recursos naturais, considerar o desenvolvimento de forma a melhorar os indicadores sociais, sobretudo no uso do território que almeje justiça e não no seu uso corporativo, endógeno e fragmentário, como vem se alastrando há séculos no Brasil.

Neste sentido o momento atual requer da Geografia novos instrumentos teórico-metodológicos, para conseqüente operacionalização de suas categorias, como território, região e lugar. Entretanto, apresentemos outras, como é o caso da Rede, cuja relevância para pensarmos uma possibilidade de regionalização no período atual, como as redes e as redes políticas.

2.4 – REDES POLÍTICAS

As redes tem sido objeto de estudo de uma grande parte das ciências humanas e exatas, de diferentes disciplinas, atingindo a condição de um importante recurso analítico, constituindo vasta agenda de pesquisas, devendo considerar, ao falarmos de rede, que a tarefa é difícil, uma vez que encerra diversos significados. Nessa pesquisa consideramos alguns para designá-las como: “sistemas de nodos e elos; uma estrutura sem fronteiras; uma comunidade não geográfica; um sistema de apoio ou físico que se pareça como uma árvore ou como uma rede” (MARTELETO, 2001, p. 72).

A idéia de representação de rede esteve durante muito tempo associada à de organismo “... para designar tanto o corpo na sua totalidade – como organizador de fluxos ou de tecidos – quanto a uma parte sua notadamente o cérebro” (DIAS, 2005, p. 14). Para esta autora, o surgimento de uma grande ruptura aconteceu durante o século XVIII, quando é retirada da rede sua dimensão orgânica, para ser representado pela métrica, pela geometria, no qual os cartógrafos e militares a empregam com o sentido de “comunicação e representam o território como um plano de linhas imaginárias ordenado em rede, para matematizá-lo e construir o mapa” (DIAS, 2005, p. 15).

Para (MORAES, 2000, p. 2), ao considerar o ponto de vista topológico, “uma rede é caracterizada por suas conexões, seus pontos de convergência e bifurcação [...] uma totalidade aberta capaz de crescer em todos os lados e direções, sendo seu único elemento constitutivo o nó”. Numa perspectiva filosófica, a rede pode ser “formada num dado instante por uma pluralidade de pontos ligados entre si por uma pluralidade de conexões”. A rede é lugar de construção simultânea, do espaço e do tempo.

Existem várias dimensões para fazerem parte analítica sobre a compreensão sobre rede social no mundo globalizado, entendemos a “rede social como uma estrutura horizontal, democrática, participativa, aberta e presencial, que une indivíduos e / ou organizações em torno de valores e objetivos compartilhados, sem que as partes percam autonomia e identidade” (KURIKI, 2005, p. 01). Obviamente contrapondo-se a unidimensionalidade economicista do discurso que hoje predomina, as redes sociais passariam a representar um conjunto de participantes autônomos, unindo idéias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados.

Para Leila C. Dias (2005) a idéia de rede encontra-se bastante difundida, quer como conceito teórico, seja como ação empregada pelos atores sociais. Numa contextualização de aceleração contemporânea, com especial interesse para a Geografia, remetendo-nos a quatro grandes fluxos que atravessam e que são ao mesmo tempo o espaço geográfico: o movimento de pessoas, fluxo migratório; o movimento comercial ou fluxo de mercadoria; os movimentos de informação ou fluxo informacional; e os movimentos de capital ou fluxos monetário ou financeiro.

Para a geografia a idéia de rede vai além representação da forma matemática e retilínea, pois não se circunscrevem as fronteiras, conformando sua lógica reticular, na qual novas dinâmicas são impostas para os territórios, cuja essência é a mobilidade e a informação, redefinindo-os. O que de certa forma denota a intensificação destes fluxos, na medida em que se tornam mais espessos, “ampliando a necessidade de circulação e exigindo técnicas cada vez mais eficazes” (DIAS, 2005, p. 12).

Uma dimensão que a rede encerra entre as várias significações, na qual destacamos o poder, ao discutir as redes e o poder, enquanto instrumento utilizado para atingir mobilidade, remete-se as redes de circulação e comunicação, visto seu caráter complementar “estão presentes em todas as estratégias que os atores desencadeiam para dominar as superfícies e os pontos por meio da gestão e do controle das distâncias” (RAFFESTIN, 1993, p. 200).

Para Raffestin (1993) a rede passa ter essa expressão de poder devido à característica de ser flexível, moldando-se dependendo de situações concretas, para melhor reter, caracterizando-a da seguinte forma:

[...] é proteiforme, móvel e inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: adaptam-se as variações no espaço e as mudanças que advêm no tempo. A rede faz e desfaz prisões do espaço, tornando o território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o “instrumento” por excelência do poder (RAFFESTIN, 1993, p. 204).

Já que o poder é a objetivação política do território, surgem às redes políticas, de expressão singular, como a que foi produzida na Mesorregião do Sudeste Paraense, através da atuação da AMAT, que efetivamente se manifesta na produção de seu território de ação ao longo dos seus quase 30 anos de existência (1978-2005) (PALHETA DA SILVA, 2003).

Ao analisarmos as redes políticas, seus estabelecimentos, estratégias, implicações para a dinâmica da produção e reprodução do espaço, devemos considerar a tomada de consciência da periodização do processo de ocupação regional que se erguem neste horizonte em estudo, ou melhor, suas marcas deixadas com maior intensidade neste recorte adotado (BECKER, 2001). Distinguem-se três fases: a primeira, de Formação Territorial (1616-1930), marcada por ciclos extrativistas e pouca alteração da paisagem; a segunda fase é a do Planejamento Regional (1930–1985), de implicações significativas e causadoras

de transformações efetivas na região, como mostra o quadro 01; e, por fim, Uma fronteira Experimental (1985 -...), com características marcantes quadro abaixo.

Quadro 1 – Mudanças estruturais na Amazônia.

Mudança Estrutural	Principais Impactos Negativos	Construções
1. Conectividade- Estrutura de Articulação do Território	<ul style="list-style-type: none"> • Migração / mobilidade do Trabalho • Desflorestamento • Desrespeito às diferenças Sociais e ecológicas 	<ul style="list-style-type: none"> -Acréscimo à diversidade da População -Casos de mobilidade ascendente -Acesso à informação Urbanização
2. Industrialização – estrutura da economia	<ul style="list-style-type: none"> • Grandes Projetos • Subsídio a grande empresa • Desterritorialização e meio ambiente afetado 	<ul style="list-style-type: none"> -Urbanização e industrialização de Belém, Manaus e S. Luiz, Marabá. -2ª no país / na produção mineral - 3º no país / valor total na produção de bens de consumo durável. -transnacionalização da CVRD
3. Urbanização- estrutura do povoamento Macrozoneamento- Povoamento linear; Arco em torno da floresta	<ul style="list-style-type: none"> • Inchaço- prob. Ambiental • Rede rural-urbana – ausência da presença material da cidade – favelas • Sobre urbanização- isto é, sem base produtiva 	<ul style="list-style-type: none"> -quebra da primazia histórica Belém-Manaus -retenção da expansão sobre a floresta -mercado verde -locus da acumulação interna, 1ª vez na história recente -bases de iniciativa política e da gestão ambiental
4. organização da sociedade civil – estrutura da sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • Conflitos sociais / ambientais • Conectividade + mobilidade+ urbanização. 	<ul style="list-style-type: none"> -diversidade da estrutura social -formação de novas sociedades locais – sub-regionais -conscientização e aprendizado

		político -organização das demandas em projetos alternativos c/ alianças/parceiros externos -despertar da região- conquistas da cidadania
--	--	--

Fonte: organizado a partir do texto de Bertha Becker (2001).

As principais mudanças estruturais dentro do espaço amazônico como mostram o quadro 01 dizem respeito às transformações decorridas na fronteira³ na região e, sobretudo, em sua expressão espacial para o sudeste paraense. A conectividade permitiu a região comunicar-se com o resto do país, com o exterior e com ela mesma; com a industrialização a mudança da estrutura econômica do país, a região passou a ocupar o segundo lugar na exploração mineral e o terceiro lugar na produção de bens de consumo durável; o povoamento foi alterado pelo processo de urbanização, com mais de 60% dos seus habitantes vivendo em núcleos urbanos (BECKER, 2001).

Nas linhas precedentes tivemos como pretensão a discussão com intuito de contribuir para que pudéssemos operacionalizar o conceito de região, condizente com realidades tão instigantes e mutáveis, na mesma medida que plurais, contraditórias, mas, sobretudo articuladas por um regime da acumulação que se espacializou singularmente, remetendo ao mosaico chamado de região amazônica. Em especial a dinâmica crescente e estendida sob a hielia de forma inquietante, quando consideramos a referida região, mais precisamente sua porção, que segundo (BECKER, 2004a) é a mais dinâmica da Amazônia, a do Povoamento Consolidado, cerne da economia regional, circunscrevendo-se, aí, o recorte que elegemos, a mesorregião do sudeste paraense, formada pelos municípios que compõe a Associação dos Municípios do Araguaia-Tocantins (AMAT).

³ A concepção de fronteira prevalente considerava a região amazônica como componente do sistema espacial em formação, caracterizada “por grandes potencialidades de recursos naturais, que atraíam investimentos localizados para a produção mineral, e por frentes agropecuárias e pioneiras” (BECKER, 2004, p. 19-20), a fronteira era dotada de mobilidade, na verdade fazia parte de um projeto nacional de modernização da sociedade e do território sob o comando do Estado, frente avançada dos processos histórico-geográfico atuante no território nacional. No final do século a compreensão estabelecida vê a região como

O primeiro cenário diz respeito à dinâmica regional que deve ser considerada partindo das políticas pretéritas, de suas implicações para o presente. Considerando a década de 1990, temos o estabelecimento de políticas e processos espontâneos de grupos sociais, imbricando tanto ordens econômicas, manifesto na demanda de setores da economia, como os fazendeiros, madeireiros, etc.

Na ordem política, manifesta-se em duas escalas de ação, no primeiro caso, macro, mostra a retomada da atuação territorial do Estado com intenção de resgatar o planejamento, nitidamente expresso nos dois planos plurianuais dos governos de Fernando Henrique Cardoso: Brasil em Ação e Avança Brasil, uma vez que contextualizam novas demandas regionais, nacionais e globais.

Compreenda-se o significado dos Eixos de Integração e Desenvolvimento (ENID) como estratégia para o desenvolvimento regional, na medida em que conjugam três estratégias revalorização da Amazônia na esfera global; os vetores de transformação regional, e, por fim, a resposta do Estado (BECKER, 1999).

Para Kohlhepp (2002), esta mega intervenção territorial tem como principal objetivo um planejamento infra-estrutural com a possibilidade de escoar a produção agrícola, por intermédio da conexão de sistemas de transportes fluvial e rodoviário. Implantação dos “corredores econômicos” via o progresso regional concebido apenas em termos de crescimento econômico, imprime-se uma lógica competitiva: nesse aspecto em particular, lembra a visão de o governo militar de exploração e valorização da periferia amazônica nos anos 1970, por meio do Programa de Integração Nacional (PIN).

A política e o planejamento regional podem ser concebidos mediante uma diretriz que passe por um projeto nacional, delineado como prática pelo Estado brasileiro, tendo, então, como contribuição a regionalização, uma vez que “... é um instrumento básico do planejamento e pode contribuir sobremaneira para compatibilizar desenvolvimento e sustentabilidade” assim foram criadas as regiões de planejamento, como o Nordeste de atuação da SUDENE e a SUDAM tendo como área de atuação a Amazônia Legal (BECKER, 2004 b, p. 145).

Estabelece-se na Amazônia um novo recorte, ou processo para sua execução, com base em quatro variáveis estruturantes: tendência demográfica; alteração no padrão do uso

da terra; o despontar de centros dinâmicos na economia regional; e a proteção ambiental. De forma que acrescentarmos a estas variáveis o adensamento das *redes políticas*, tese esposada por Ivaldo G. Lima (2005), na medida em que permitem apreender como o poder expressa espacialmente, conformando sub-regionalizações na Amazônia. Assim que “as condições sob as quais se desenrola o processo de consolidação de vastos subespaços amazônicos são criados pela emergência e pela densificação de redes políticas, suscitando renovadas geografias políticas” (LIMA, 2005, p. 7652).

Tais redes políticas surgem para compensar as insuficiências dos mecanismos estatais de coordenação vertical. Para Lima (2004) as redes políticas são:

[..] instâncias e procedimentos e coordenação horizontal e descentralizado. Acrescentamos que tais redes se edificam, com maior nitidez, nos interstícios criados no pacto federalista, permitindo que assumam relevância novas escalas geográficas, novas escalas territoriais de poder, enfim, novas arenas políticas (LIMA, 2004, p. 108).

Reconhecidamente o processo de densificação das redes políticas está associado a outros processos, como o que foi desencadeado pela descentralização administrativa, responsável pela criação dos 26 municípios, pós reforma constituinte no sudeste do Pará. E a dinâmica regional econômica desta mesorregião, resultado da fronteira agrícola com a chegada da soja, o desenvolvimento da agropecuária e a atividade mineradora (BECKER, 2005).

A partir destas considerações, temos condições para pensarmos uma nova regionalização para a Amazônia, resultando em um novo macro-zoneamento, na mesma medida em que dá condições para uma melhor compreensão sobre a região, conseqüentemente subsidia uma proposta para efetivação do planejamento de políticas públicas. Propugnadas por Bertha Becker (1999, 2001, 2004a), substabelece três Macrorregiões Centrais na Amazônia, resumidas abaixo.

1 - *Povoamento Consolidado*: compreende o arco povoado ao sul e leste da hiléia, envolvendo porções dos e áreas desmatadas do sudeste do Pará, Rondônia e sul do Acre, além dos grandes extensões do cerrado dos Estados do Mato Grosso, Tocantins, Maranhão. Possui povoamento consolidado, integrado ao tecido produtivo nacional, porção territorial de maior densidade das redes técnicas de engenharia, garantindo maior acessibilidade.

Nesta macrorregião, predomina a produção sobre a conservação. Para Becker (2004a), a regionalização geopolítica compreende produção e reprodução do espaço vivido, concretamente simbolizado pela tecnificação agrícola em savanas e núcleos de modernização. Apresenta os maiores índices de desenvolvimento humano, renda per capita, excetuando as mesorregiões do Nordeste Paraense, Marajó e Nordeste do Tocantins.

A macrorregião do Povoamento Consolidado tem como característica marcante à incorporação intensiva da fronteira agropecuária, compondo um arco que foi denominado de “arco do Fogo” ou “do Desmatamento” ou, ainda, “das Terras Degradadas”. Formando um cinturão cuja extensão vai de 300 a 500 quilômetros de largura, perfazendo um total de 500 mil quilômetros quadrados de área antropizada. Contendo o recorte espacial por nós elegido, a mesorregião do sudeste paraense com seus trinta e oito municípios.

2 - *Amazônia Central*: composta principalmente pelo estado do Pará e o leste do estado do Amazonas, cortada por eixos de transporte ao sul do rio Amazonas e contendo numerosos territórios indígenas e unidades de conservação. Trata-se de uma região altamente vulnerável, sob forte pressão provocada pela fronteira invasora do agro-negócio da Amazônia meridional e oriental e pelos projetos de infra-estrutura do Avanço Brasil. O objetivo para o futuro deve ser compatibilizar produção e conservação, reservando-se a sub-região do norte do rio Amazonas para unidades de conservação.

3 - *Amazônia Ocidental*: a imensa região a oeste do eixo central Rio Branco-Porto Velho-Manaus-Boa Vista, com uma taxa muito baixa de desmatamento até o momento, deveria ser destinada a questões de conservação. Grandes territórios indígenas e a criação do assim denominado “corredor ecológico central” ao longo do rio Solimões e de novas unidades de conservação, tais como as “reservas de desenvolvimento sustentável”, deveriam ser protegidas contra a euforia “desenvolvimentista”. Isso poderia realizar-se com o apoio do SIVAM (Sistema de Vigilância do Amazônia), o programa militar que monitora os processos de desenvolvimento da Amazônia, tendo em vista a necessidade de vigilância e controle causada pelo aumento do tráfico de drogas. Não se deveria permitir a construção de estradas nem projetos de larga escala nessa região.

Quanto à incisão de novos recortes manifestando-se na Amazônia, rebatimento do ordenamento territorial em escala mais ampla, conjugado aos movimentos empreendidos pela 'organização' da sociedade em âmbito regional, uma vez que as regiões são:

[...] expressões espaciais e territoriais concretas do Estado - nação, são constituída pela apropriação parcelar do espaço por arranjos específicos que conformam a sociedades locais, que são a expressão da social das regiões (BECKER, 2004, p. 15).

Neste contexto, nossa análise contempla os arranjos de fração de classe não monopolista com relativa identidade na consecução dos intentos da estrutura econômica e do ponto de vista articulações políticas, que ora se delineia na estrutura societária paraense, na sua porção sudeste, circunscrevendo-se na Mesorregião do Sudeste Paraense, falando de sua elite político-econômica, como mostra o mapa 01.

Os conceitos de região, regionalização e rede política, abordados neste capítulo, almejam dar condições de realizar o tratamento teórico em nosso recorte espacial que pretendemos analisar, realidade objetiva cujo instrumental teórica serve para o desvendamento e leitura da referida realidade, de uma possível atualização conceitual de Região e trazê-lo para a nossa região. Com a regionalização emergida de novos arranjos espaciais pretendemos entender como a dinâmica territorial imprime condições e elementos para o movimento que hora fragmentou municípios e que agora almeja uni-los em torno de um novo Estado, pelo menos intenta, projeta. Quanto à rede política, manifesta-se como uma forma conceitual para explicarmos a atuação da AMAT enquanto interlocutor dos desígnios de classes que estão no comando da política e imprimindo nova dinâmica econômica na mesorregião.

MAPA 01: MAPA DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO DO SUDESTE DO ESTADO DO PARÁ – 2006.

As operacionalizações desses conceitos são utilizadas por nós como forma de apreender as transformações ocorridas no sudeste paraense, com intensidade nas três últimas décadas do século passado, como rebatimento de uma realidade maior, a dinâmica territorial brasileira e da forma como o território nacional é requerido a participar em uma escala maior de ações, de uma divisão do trabalho em âmbito mundial.

Com este direcionamento pretendemos no próximo capítulo esboçar o percurso da construção regional como parte integrante de um movimento de criação de novos municípios através de um processo de fragmentação territorial, tendo como gênese da partilha a capitania de Baião e como atividade econômica o ciclo extrativo do látex seguido pelo extrativismo da castanha. Hoje a dinâmica territorial caminha no sentido do estreitamento das relações de solidariedade entre os municípios via cooperação através da Associação dos Municípios do Araguaia-Tocantins (AMAT), estudado com detalhes no capítulo 3.

III - SURGIMENTO E O FORTALECIMENTO DE MUNICÍPIOS NO SUDESTE PARAENSE: A CONSTRUÇÃO REGIONAL NA AMAZÔNIA ORIENTAL (1970-1990).

A origem territorial da AMAT, dos seus trinta e oito municípios, está associada à sesmaria doada ao senhor Antonio Baião no período colonial. Em 1769 o senhor Antonia Baião através da sesmaria que lhe foi doada fundou um povoado as margens do rio Tocantins, que mais tarde é elevado à categoria de município pela assinatura da resolução pelo governador da província em 1883.

Sua extensão territorial ia do atual Tocantins ao Mato Grosso, em 1908 é instituída a comarca do Araguaia pelo Decreto-Lei 1.069, assinado pelo então governador da província, Augusto Montenegro. Mais tarde através do Decreto-Lei 1.091 desmembra-se de Baião, dando origem aos municípios de São João do Araguaia e Conceição do Araguaia.

Desmembrado do município de São João do Araguaia em 1913 surge Marabá, entretanto, data anterior é considerada a de origem do povoado, a partir do fluxo de migrantes, entre eles destacamos a existência de lideranças políticas, fugindo da Revolução da Boa Vista, que vieram para esta localidade, com destaque para Carlos Gomes Leitão, pioneiro onde fixou residência na margem esquerda do rio Tocantins na segunda metade do século XIX (MOURA 1989).

A criação do município de Marabá fazia parte das aspirações políticas da elite econômica local, ao pleitearem as vantagens concebidas ao município de Baião, através do pagamento de tributo oriundo do pagamento da exploração do caucho, situação esta só teve a resolução quando Marabá é elevada à categoria de município em 1913.

O município é uma unidade territorial, um instrumento da regulação da vida social, naquele momento a emancipação de Marabá refletia o anseio de diferentes grupos sociais que viam no processo a solução para os seus problemas, mesmo a prosperidade do caucho não fora suficiente para dar condições mínimas para a vida em sociedade com serviços básicos como escola, correio, segurança, enfim, dependia de Baião para todas as decisões (MATTOS, 1996).

A pretensão de falar da gênese desta mesorregião, pelo menos de seu núcleo constituído dos municípios de maior importância, Parauapebas, Curianópolis, Eldorado dos

Carajás, Água Azul do Norte e Canaã dos Carajás. Municípios cuja origem recai sobre Marabá, podendo ser considerada como município mãe.

Nas linhas antecedentes foi mostrado como ocorreu à gênese territorial responsável pela constituição da mesorregião em estudo, nas próximas seções discutiremos as implicações para a Amazônia Oriental das ações do Estado em âmbito do ordenamento do território e como contribuiu para imprimir as dinâmicas que vemos neste espaço, emanado da reprodução de atores sociais, na emergência de novos atores, na conformação de uma nova estrutura societária, como veremos a seguir.

3.1 DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL AMAZÔNICO E SUAS IMPLICAÇÕES NA MESORREGIÃO DO SUDESTE PARAENSE.

A contemporaneidade das transformações sócio-espaciais na Amazônia perpassa a apreensão da forma como as forças produtivas avançaram sobre a região, em especial na segunda metade do século XX, em busca de uma consolidação do sistema que se expressa na sua formação econômico-social com especificidades para esta porção do território nacional, visto como uma possibilidade para expansão do capital, tanto em sentido nacional, como em sua articulação internacional em busca de seus recursos, como terra, madeira, minério e a energia:

[...] Integrar a Amazônia ao capitalismo significa inseri-la, plena e definitivamente, no mercado nacional e internacional nas trocas mediadas pelo dinheiro sob a égide do capital industrial e financeiro. Significa transformar seus recursos naturais em valores que pudessem ser incorporados ao circuito de trocas monetárias com a produção industrial nacional ou internacional, isto é, se tornar parte integrante da circulação do capital. Isso não podia ser realizado sem a mobilização do trabalho que valorizasse estes recursos (terra, mata, minério), isto é, sem a formação de um mercado de força de trabalho (JEAN HÉBETTE, 2004, v. 3, p. 62).

Interessava ao capital, segundo Hébette (2004), ao introduzir as relações de trabalho e mercantil, promover a modernização do mercado consumidor. Para tanto as estratégias de reprodução do capital, internacional e nacional, na Amazônia, podem ser compreendidas pela sua penetração nas esferas de poder estatal. De tal sorte, onde seus intentos, quase que simultaneamente metamorfoseavam-se como corolário do planejamento público, uma meta a ser atingido, manifesto, segundo Elmar Altvater (1989), de forma contundente no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND):

[...] No segundo Plano de Desenvolvimento Nacional (IIPND) definem-se os Grandes Projetos na indústria do aço e na indústria química, projetos de *extração de matérias-primas, de produção de energia para substituição do petróleo e de infra-estrutura de transporte* (construção de ferrovia, estradas, metro no Rio de Janeiro e em São Paulo), que o país tenciona realizar (ALTVATER, 1989, p. 100).

A atuação do Estado demonstra a importância, para o capital, do poder público no Brasil, em sua interferência e no principal agente, interlocutor, dos intentos capitalistas no Brasil e na Amazônia em especial. Segundo Milton Santos (2003), o planejamento teria a função de garantir um mínimo de segurança e estabilidade, supostamente uma segurança física para as pessoas e para a propriedade, e estabilidade para proteger e incentivar os investimentos públicos, sendo necessário para consecução destes intentos à boa vontade do erário público.

Para Alain Lipietz (1988) esta forma de regulação do Estado ocorreu de forma exacerbada nos países subdesenvolvidos ao ordenar a promoção ou liberalização das forças produtivas na região, através de grandes intervenções de cunho territorial, podendo depreender as funções de organização do *território* e da ação *regional* como rebatimentos das contradições encerradas nas espacialidades das relações de produção, a um só tempo, também determinaram a eficácia da espacialidade política, articulando-a com outras espacialidades.

Considera-se como justificativa para a transferência de poupança dos mais pobres para os mais ricos, a aplicabilidade da *linguagem científica*: “A serviço do planejamento a economia perdeu seu status científico e se tornou simples ideologia, cujo fito é persuadir o Estado e povos das vantagens daquilo que passou a ser chamado de desenvolvimento” (SANTOS, 2003, p.15). Resultando em um verdadeiro laboratório de aplicabilidades destes discursos economicistas via Planos de Desenvolvimentos para a Amazônia (PDA)

Ao legitimar as prerrogativas acima exercidas pelo Estado, enfatizada pelo papel da política, daí a análise enfatizar o significado das formações sociais, a partir das contradições: horizontais (entre cidade e campo, entre ramos, entre comunidades locais) e

as verticais (entre exploradores e explorados, classes dominantes e dominadas) e conferindo ao Estado⁴ seu caráter *opressivo*.

Para Oliveira (1977), o Estado passa a intervir através do planejamento, emergindo como uma forma de “dirimir” as contradições do capital em escala nacional e regional, entre suas frações, não como mediador, antes como seu interlocutor, na verdade a integração nacional, neste sentido, solícita para o capital, teve por intenção tornar mais eficiente o movimento de circulação, mais ‘*homogeneizante*’ o território, mais articulado em âmbito da economia nacional.

O poder estatal foi dimensionado no Brasil com tamanha exacerbação, no período em questão, e em especial para Amazônia, a ponto de gerar mecanismo econômico reguladores das relações empresa/Estado/mercado nada democráticos com implicações para o ordenamento do território, para sua municipalização, de seu uso, causador de transformações, nas quais houve uma internalização de custos pelo Estado das obras infra-estruturais, faraônicas na Amazônia, a exemplo da logística de transporte e energia implantada para atender os grandes projetos, como hidrelétricas, linha de transmissão, ferrovias, estradas, cidades-empresa, etc.

Além da exploração dos recursos naturais requeridos pelo capital na Amazônia, como a sua história evidencia através dos ciclos extrativos, algo mais teria a capacidade de gerar acúmulo de capital. Para Hébette (2004, v. 3, p. 63) “... desde 1960 a Amazônia tinha-se tornado um excelente mercado para engenharia, as construtoras, os fabricantes de equipamentos” não sendo significativo, até este período, o consumo em escala individual, neste momento interessava a implantação de infra-estrutura básica para efetivação de trocas ágeis de informação, produtos e pessoas indispensáveis para a gestão e acumulação capitalista.

⁴ Para David Harvey (2005) O Estado deve ser visto como o capital, como uma relação, como um processo de exercício de poder, por meio de determinados arranjos institucionais, sem perder de vista todas as possibilidades que este exercício possa ter. Tendo a classe dirigente o exercício hegemônico sobre o Estado por meio de um sistema político. O Estado “{...} é resultado da sociedade num determinado estágio de desenvolvimento, é o reconhecimento de que essa sociedade se envolveu numa autocontradição insolúvel, e está rachada em antagonismos inconciliáveis” (HARVEY, 2005, p. 79-80). Uma vez criadas as relações de produção, devem ser reguladas, amparadas e fomentadas pelo poder do Estado, tendo, entre outras funções, no provimento de bens públicos e infra-estruturas sociais e físicas, necessária à produção e troca capitalista.

A consubstanciação do uso do território na Amazônia, em particular o recorte por nós estudados, porção sul e sudeste do Pará, hoje área de atuação da AMAT, com representatividade de 38 municípios, que segundo Bertha Becker (2004, p. 146), pode ser considerada a porção do Estado de maior incremento econômico, uma vez que “... hoje aí se encontra o cerne da economia regional – pequenas, médias e grandes cidades, agroindústria da soja, pastagens plantadas, mineração, grande adensamento de assentados”. Por ela denominada de Núcleos de Modernização do Leste e Sudeste do Pará, sub-região componente de uma das três macrorregiões, o qual regionaliza a Amazônia, denominada de Macrorregião do Povoamento Consolidado⁵.

O atual período leva-nos a considerar rebatimentos das três últimas décadas na Amazônia Oriental, em especial em nosso recorte, fronteira que agiu como franja do sistema capitalista e foi responsável por uma dinâmica originária de novos municípios, ao analisar a forma como os recursos naturais foram explorados, conseqüentemente causando o acirramento da desigualdade e ebulição de conflitos, ambiente sob o qual emergem novos atores sociais na região, em disputa com os atores tradicionais, sem terra, madeireiros, fazendeiros, nova elite política e empresarial, profissionais liberais, Pastoral da Terra, CVRD, índios, bancos e outros.

A evolução dos processos econômicos, sociais e políticos no sudeste do Pará, culminando com origem de novos atores, complexificação da sociedade, conseqüentemente imprimindo uma nova configuração territorial, em nível local responsável pela criação de novos municípios, visto no próximo item.

3.2 DINÂMICA TERRITORIAL E CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS.

No Brasil até 1950 foram criados, aproximadamente 1.889 municípios e em 2001 este número subiu para 5.561 municípios, em 450 anos de história foi produzido 1.889 municípios, enquanto que nos últimos 50 anos, segunda metade do século XX, foram criados 3.672 municípios. Para Cataia (2001) o período em questão que explicitaria tal dinâmica passaria pela “[..] modernização do arcabouço técnico do território, também houve necessidade de modernizações na organização política, por isso o número de municípios aumentou no país”.

⁵ Segundo a autora a região Amazônica estaria regionalizada em três macrorregiões: do Povoamento Consolidado; Amazônia Central e Amazônia Ocidental (BECKER, 2004, p. 145-159).

É evidente processo modernizador do território estava associada à dimensão da formação sócio-espaial⁶ a qual, neste momento, o Brasil passava, daí a intrínseca relação entre o processo de criação de novos municípios e a modernização do território.

Quando analisamos os interesses que movem os atores sociais, tradicionais e os modernos, é possível vislumbrar os rearranjos das relações sociais na disputa pelo poder, causadores das fragmentações territoriais, conseqüentemente, levam as sucessivas divisões de municípios. Portanto, o processo que levará a criação de novos municípios é rebatimento direto das repercussões da dinâmica da estrutura econômica associada aos arranjos, sobretudo, da instância política (COELHO, 1995).

Com o objetivo de resgatar o processo histórico de formação do território no sudeste do Pará, área de atuação da AMAT, pelo viés da definição/configuração dos espaços municipais, buscou-se identificar o peso da influência política local e/ou regional nesse processo. A partir da década de sessenta (1960), ao compreender e analisar a atuação do Estado, na forma de sua rede institucional com significativas implicações para a porção Oriental da Amazônia.

A política econômica da União para a Amazônia, desde a criação SUDAM em 1966, até o fim do regime militar divide-se em três fases: a primeira fundamentada na política de incentivos fiscais com o objetivo de substituição das importações, que na Amazônia almejava o incremento da agricultura através dos projetos agropecuários, além de, supostamente, “combater os males do subdesenvolvimento” na região, como o extrativismo e agricultura de subsistência (PETIT, 2003). A segunda fase deu-se com a proposta de colonização, ao longo das rodovias federais na Amazônia, a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, em especial, através do Plano de Integração Nacional (PIN), criado através do decreto-lei nº. 1.106 em junho de 1970, com a finalidade específica de “financiar o plano de obras de infra-estrutura nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SEDENE e da SUDAM e promover a sua mais rápida integração a economia nacional” (CARDOSO & MÜLLER, 1977).

⁶ Elaborada por Milton Santos (1992, p. 57) o conceito de Formação sócio-espaial (FSE) é mais adequado ao estudo da sociedade e do espaço, “por expressar a totalidade espacial em seu movimento, como uma potencialidade e uma realidade”, tendo a vantagem metodológica de não fragmentar a realidade, na qual se cria e recria, em permanência, uma ordem espacial de objetos que é paralela à ordem econômica, a ordem social, a ordem política, todas estas ordens atribuindo um valor próprio, particular, as coisas, aos homens e as ações emanando dela, constituindo um instrumento legítimo de explicação da sociedade e do espaço (SANTOS, 1980).

E a terceira fase, a partir da década de 1980 e diz respeito aos Grandes Pólos de Desenvolvimento, através de grandes projetos minero-metalúrgicos, com destaque para a atuação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), cuja importância reside no fato de estabelecer conexões entre a escala local e a internacional, em função de sua abrangência econômica, ao negociar mineral de valor significativo nos mercados nacional e internacional, além de causar uma profunda transformação na estrutura política, econômica e territorial dos municípios do sudeste paraense (PALHETA DE SILVA, 2004).

Durante a primeira fase que marcou a política econômica na década de 1960, os militares efetivaram uma política econômica objetivando reverter à queda da taxa de lucro do capital internacional, resultando, para a Amazônia em um programa econômico, cujo desenvolvimento seria alcançado através de políticas de incentivos fiscais, sendo regulamentados a partir de 1963 por decreto, ampliados os benefícios nos anos seguintes.

Nesta fase manifesta-se evidente a atuação do capital conjuntamente com o Estado nesta mesorregião, no sentido de acelerar as transformações espaciais, quer pela abertura de estradas, pela atuação da SUDAM gerando atração de empresas e fazendeiros pra região, com um tempo veloz e o seu espaço de intensas transformações estudadas a seguir.

3.2.1 O PLANEJAMENTO, A FRONTEIRA E O SUDESTE DO PARÁ DURANTE A DÉCADA 1960.

A política de incentivos fiscais contribuiu para o processo de privatização de terras, agravando a condição de populações tradicionais, do pequeno produtor em evolução, sobretudo nas áreas de ocupação recente no sudeste paraense, uma vez que recebeu o maior aporte desses investimentos.

As fazendas de gado tinham uma área máxima regulamentada pela legislação oficial de cerca de 60 mil hectares, mas na realidade havia ainda fazendas da Wolkswagen do Brasil com 140 mil hectares, ou da multinacional Ligegas Group com 566 mil hectares e muitas outras foram responsáveis pela enorme destruição da floresta, principalmente nas regiões sudeste e leste do Pará e norte do Mato Grosso. Sendo responsáveis pela introdução de uma nova classe, os fazendeiros, formados por pioneiros oriundos de São Paulo, como demonstra Suranjit Kumar Saha (1997, p. 118) sobre o processo de incorporação das terras do Pará “{..} Deu-se em seguida uma corrida as terras do sudeste do Pará dirigida por ricos

fazendeiros paulista, empreendedores de terras e banqueiros do setor privado, na maioria dos casos com parcerias com interesses multinacionais”.

Esta investida dirigiu-se ao sul do Pará aos municípios de Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia, ou dos municípios que se desmembraram de Marabá como Eldorado de Carajás, Parauapebas e Curianópolis. Toda essa investida sobre as terras paraenses foi baseada na concessão de impostos, através de órgão federal de desenvolvimento, a SUDAM, as empresas multinacionais e do sul do país (SAHA, 1997).

O processo comandado pela SUDAM foi responsável pela concentração de terras, causando acirramento dos confrontos no espaço da fronteira, pressionando o posseiro sob a voracidade por terras do grande capital, que juntamente com tradicional latifúndio pertencente às oligarquias locais, altera a estrutura fundiária e forja o posseiro a escrever sua trajetória de luta, sobretudo de resistência, para manter sua sobrevivência (COSTA, 2000).

Para Marcioni Fernandes (1999) a partir da abertura de estradas, a exemplo da Belém–Brasília tem início a um processo de valorização e conseqüentemente de privatização das terras, até então devolutas, por pioneiros, originárias, principalmente, do estado de São Paulo, e rapidamente incorporadas pelo mercado nacional de terras, tendo no governo do Estado do Pará um agente legitimador da ilegalidade ao emitir títulos de propriedades:

O Estado do Pará emitiu entre, 1959-63, 1575 títulos de propriedades em contraposição a 840 títulos emitidos entre 1924/1958. [...] Somente na região do Araguaia foram emitidos, entre 1961-64, 759 títulos uma légua quadrada – 4.356 ha cada um, totalizando 3.306.204 há (FERNANDES, 1999, p. 48).

O que fica explícito neste processo é o acordo tácito do governo paraense, uma vez que não tinha gestão sobre a referida privatização de terras, incumbindo os pioneiros e os empresários em vários municípios de assim a realizar de acordo com os interesses e as conseqüentes vantagens.

Tal processo de privatização de terras públicas agrava-se com a medida do governo federal, ao presentear a empreitada pioneira e privatizante das empresas na Amazônia, com os incentivos fiscais (decreto nº. 4216 de 1963), que previa dedução de 50% do imposto de renda das pessoas jurídicas, e estendendo do Nordeste, dois anos depois, toda a política

para a Amazônia, tendo como principal rebatimento à concentração fundiária com a apropriação das terras públicas e o acirramento da violência nos campos da Amazônia, bem como o avanço sobre a floresta (COSTA, 2000; FERNANDES, 1999; MARTINS, 1997).

Como intuito de atrair os empresários do centro-sul, realizou-se a *Operação Amazônia*⁷, participando desta reunião grandes proprietários de terras do vale do Araguaia, que nesta ocasião reivindicavam alterações no projeto de lei dos incentivos fiscais de forma a estender benefícios, tendo como rebatimento deste processo de privatização de terras, o qual foi responsável pela transformação das grandes propriedades em empresas agropecuárias, portanto,

[...] se dava por este caminho o empresariamento da propriedade fundiária unindo dois objetivos: atrair investidores para a região nesse setor e neste sentido a Operação Amazônia colocava a atividade agropecuária como prioritária, tendo como consequência a concentração de investimentos da SUDAM no sudeste Paraense, atração de fluxos de pessoas (FERNANDES, 1999, p. 52-53).

Para Sawyer (1986) durante as décadas de 1960 e 1970 a forma como a fronteira amazônica foi incorporada passa por aspecto muito mais especulativo do que demográfica, uma vez que a terra excedente foi apropriada pelo seu valor ou reserva futura, a terra não se torna objeto de trabalho, nem instrumento de trabalho, não se utiliza para a apropriação direta do trabalho, recaindo sobre ela a especulação, a concentração e os conflitos pela sua posse e a consequente apropriação e destruição dos recursos naturais.

Quanto aos projetos agropecuários aprovados pela SUDAM, não estavam dispersos de forma uniforme na região. Segundo Cota (1984) concentraram-se no Pará e no Mato Grosso, com aproximada e respectivamente 30% e 54%, no período compreendido entre 1966 a 1983. Na porção sudeste do Pará estava o maior número de projetos, grande parte deles pertencentes a grandes grupos econômicos do sul do país implementando um

⁷Consistiu em uma ação dos militares, que segundo o discurso da época objetivava trazer para a região o desenvolvimentismo através de uma reunião, realizada durante um cruzeiro, com empresários do Centro-Sul, com o intuito de trazer a atenção empresarial para o projeto governamental, numa parceria com a iniciativa privada os militares almejavam mudar o quadro regional (OLIVEIRA, 1991). Para Rocha (2001, p. 03) a Operação Amazônia redefiniu o arcabouço institucional regional ao criar a Sudam e o Inbra. Posteriormente, em 1971, através do Dec. Lei n. 1164 / 71, são federalizados cerca de 70% das terras do território do Estado do Pará.

processo de expropriação de terras de índio e de terra de posseiros que há décadas viviam naquela região.

Quadro 02: Espacialização por Estado da alocação de projetos agropecuários na Amazônia Legal até o ano de 1985.

Estados	Nº de Projetos	Percentuais
Pará	212	37%
Mato grosso	207	35%
Goiás	52	9%
Amapá	29	5%
Maranhão	24	4%
Amazonas	22	4%
Acre	18	3%
Rondônia	11	2%
Roraima	6	1%
Total	581	100%

Fonte: Oliveira (1991)

Na década de sessenta foram criados no Pará apenas cinco municípios, como mostra o quadro 03, dos quais quatro em 1961, pela mesma Lei nº 2.460, e apenas o município de Paragominas foi criado em data diferente, no ano 1965, e por Lei diferente, nº 3.235, em função da sua importância por possuir recursos como a madeira nobre como a Mogno.

Quadro 03 – Data de criação dos municípios da mesorregião do sudeste do Pará na década de 1960.

Município	Ano de Criação	Município de Origem	Lei de Criação	Autor da Lei
Santana do Araguaia	1961	Conceição do Araguaia	Lei nº 2.460	Carlos Cavalcante
São João do Araguaia	1961	Marabá	Lei nº 2.460	Plínio Pinheiro
São Felix do Xingu	1961	Altamira	Lei nº 2.460	Giovane Queiroz
Jacundá	1961	Itupiranga	Lei nº 2.460	Wandenkolk Gonçalves

Paragominas	1965	S. Domingos do Capim e Viseu	Lei nº 3.235	Poder Executivo
-------------	------	------------------------------	--------------	-----------------

Fonte: IBGE, Diário Oficial, TCM, AMAT.

Na próxima seção abordaremos as transformações na Amazônia ocorridas durante a década de 1970, programas e projetos de significativas transformações para a região e orientadores de profundas mudanças, como veremos a seguir.

3.2.2 INCURSÃO SOBRE A DÉCADA DE SETENTA (1970).

Neste período houve mudanças por parte dos militares no poder, revestia-se de um caráter autoritária, cuja faceta vil foi responsável pelas atrocidades mais cruéis do regime. Em relação à forma de ocupação regional, suas ações, em grande parte efetivada com o intuito de satisfazer as ambições dos grupos nacionais e internacionais na Amazônia. Privilegiou-se a construção de grandes eixos viários interligando os Estados da região, associado o projeto de colonização dirigida, através do Programa de Integração Nacional (PIN) ⁸, portanto,

[..] previa a abertura do vale amazônico por meio de 18 estradas de rodagem articulada em torno da rodovia Transamazônica (de Altamira ao Maranhão, ao Rio Branco no Acre), que interligariam a Amazônia ao Nordeste e ao Centro-Oeste. Seu objetivo imediato era absorção da mão-de-obra nordestina, disponível em grande parte devido às secas periódicas da região: e mediato, a colonização do vale amazônico por agricultores nordestinos (REZENDE, 2002, p. 141).

Um grande eixo, transpassando a hiléia no sentido leste-oeste, foi a Transamazônica, com o intuito receber um fluxo migratório de nordestinos, em certa medida como resposta ao movimento nacional emergiu do campo na década de 1960, com as Ligas Camponesas e o agravamento da situação social em decorrência da seca ocorrida em 1970. Ao mesmo tempo em que interligava o nordeste a Amazônia a sua porção ocidental. A Cuiabá-Santarém, BR-163, ligando o mato grosso ao oeste paraense,

⁸ Posterior ao momento eufórico de ter ganhado o tricampeonato no México, os militares lançam o Programa de Integração Nacional (PIN) instituído pelo Decreto-Lei nº 1.106 de 16/06/1970. Ressaltando três medidas relevantes deste programa: a abertura de duas rodovias na Amazônia, Transamazônica e Cuiabá-Santarém; a segunda medida foi à implantação de programa de colonização ao longo das novas rodovias em faixa de terra de 10 km de cada lado; e a terceira medida referia-se a transferência de 30 % de dos recursos financeiros dos incentivos fiscais (OLIVEIRA, 1991)

agregando, nesta porção do Estado do Pará a maior densidade da malha programada (BECKER, 1991).

O processo de ocupação da Amazônia, em certa medida explica o ciclo da fronteira⁹, neste período latente, compreendendo a década de 1970, como rebatimento das ações da esfera federal, através dos projetos e programas com a efetivação de infraestrutura e de colonização, relaciona-se a um intenso processo migratório inter-regional, associados aos grandes eixos de integração, especificamente nos referindo à Transamazônica e a Br-163, e algumas Pa (s), como é o caso da Pa-150 e a Pa-279, ligando os municípios de Conceição do Araguaia a São Felix do Xingu, dando maior acessibilidade e interligando o sudeste paraense (PINTO, 1980).

Os projetos para colonizar a Amazônia durante o mandato do presidente Garrastazu Médici objetivavam dar respostas às conseqüências da modernização posta no campo brasileiro, responsável pelo agravamento das condições dos camponeses no Brasil, ao expulsar milhares de famílias, motivadas pela concentração fundiária, acirrada neste momento, 1,8 % das imóveis cadastrados perfaziam uma área agrícola do país de cerca de 60% Nesta mesma década houve um progressivo crescimento da renda nas grandes propriedades, em 1970, 1% das grandes propriedades dispunha de 10% do total da renda, e em 1980 de 30% da renda nacional (PETIT, 2003).

No Brasil os movimentos sociais organizados no campo frente à modernização passaram para o enfrentamento, quando surge como resposta para as tensões no campo a colonização dirigida que através da propaganda oficial foi responsável pela atração de considerável contingente de migrantes oriundos de todas as regiões do Brasil, com destaque para o Nordeste, com implicações diretas na porção sudeste do Pará:

[..] a propaganda oficial sobre a terra prometida favoreceu a vinda para a Amazônia, sem qualquer ajuda oficial, de milhares de camponeses sem terra e minifundistas de outras regiões do país, boa parte dos quais acabaram ocupando, como posseiros, milhares de hectares da Amazônia, sobretudo no sudeste do Pará (PETIT, 2003, p. 88-89).

⁹ A discussão em torno da fronteira, para a Amazônia, tanto por autores, como pelos recortes espaciais clássicos, como é o caso da fronteira nos Estados Unidos, além de possuir contexto histórico diferente, "...ao invés de constituir numa abertura do território com base em valores da democracia e da liberdade, constitui-se numa expansão apoiada num quadro fechado da ditadura militar, repressão e falta de liberdade política" expresso no território, na sua ordem de apropriação (MARTINS, 1995, p. 04).

Conseqüência direta deste processo, a privatização das terras, resultou em um campo de tensões sociais graves e insuportáveis, colocando a região como a mais violenta e, sendo tal quadro agravado pela manutenção das relações de trabalho escravo. Quanto aos seus recursos, tanto a abertura de estradas como a colonização, espontânea e a dirigida, foram capazes de depredar e solapar os recursos naturais. Também causaram concentração fundiária e agravaram sobremaneira a possibilidade de uma normalização do uso da terra.

A fronteira tem sua representação como rebatimento de uma totalidade maior da qual faz parte, com implicações muito especiais para a Mesorregião do Sudeste do Pará. Portanto as políticas macroeconômicas do Estado brasileiro, em particular as de conexão e integração da Amazônia com o circuito capitalista de acumulação em sua formação econômica social, e em sua articulação, em escala mundial com as funções solicitadas pela fase atual do capital, chamada de globalização.

3.2.3 INCURSÃO SOBRE A DÉCADA DE OITENTA E NOVENTA (1980-90)

Ao considerarmos as estruturas sociais, econômicas e política erguida durante a década de setenta (1970) seremos capazes de compreendermos a herança deixada para a década seguinte, pesquisada, e, em questão nesta seção, as décadas de oitenta e noventa. Interessando a forma como tais processos implicaram em transformações na Amazônia como um todo e no território de atuação da AMAT, em particular. A consolidação do ciclo da mineração no Pará ocorre na década de oitenta, no entanto as condições prévias para sua efetivação começaram no final da década de sessenta, com as seguintes medidas:

[..] criou-se o Comitê Organizador dos Estudos Energéticos da Amazônia (Decreto-Lei 63.952 de 31.12.1968) e, posteriormente, - a partir de 1973 - a cargo de sua filial, as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (ELETRONORTE). [...] criou-se a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) (Decreto-Lei 764, de 15.08.1969). O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), do Ministério das Minas e Energia, estabeleceu em 1970, o Projeto Radar da Amazônia (RADAM), destinado a executar um levantamento aerofotogramétrico da Amazônia (HÉBETTE, 2004, p. 33).

As medidas acima foram responsáveis pelo adensamento das redes institucionais agindo sobre região, com o intuito de dar subsídios, tanto na etapa de prospecção do minério, como no fornecimento das condições de logística a empreendimentos deste porte, para a efetivação e consolidação do ciclo mineral, do ferro e do alumínio, em especial, cuja

concentração espacial deu-se na porção sudeste do Estado do Pará, área de atuação da AMAT.

Ao considerarmos a esfera macroeconômica o conjunto de medidas tomadas pelo governo foram muito oneroso, resultando em desequilíbrios, cujo ápice recai sobre a década de oitenta (1980). Segundo Rezende (2002) teve rebatimento simultaneamente insuportável ao gerar um ônus financeiro para a dívida externa, desestruturação do setor público, explosão inflacionaria e perda do dinamismo, gerido no período de 1974-1979.

A política macro-econômica de Geisel tinha em vista possibilitar ao Brasil dar resposta para as repercussões da crise do petróleo e de forma concomitante, suas medidas visavam tornar o Brasil capaz de suprir necessidades quanto à produção de bens de consumo não durável, completando o processo de industrialização substitutiva de importações, cuja diretriz está atrelada ao II PND, através da produção de bens de capital; insumos básicos; mineração; expansão da capacidade energética, tudo, paralelo a uma meta de crescimento anual do PIB em torno de 10% (REZENDE, 2002).

Para a Amazônia as repercussões foram as seguintes, políticas de âmbito do ordenamento do território, com vista a atender as necessidades do ciclo da mineração e energia, com projeção de redes infra-estruturais, como ferrovias, estradas, telefonia, etc. O que Santos (2005) chama de sistemas de objetos, cuja existência só se legitima pelo sistema de comando, sistema de ações, que o preside, neste sentido, representando o Estado, temos Cia. Vale do rio Doce (CVRD), como um ator hegemônico na região, podendo ser considerado um marco de mudança para o sudeste do Pará a partir deste momento.

Uma década antes tínhamos na região sudeste do Pará uma estrutura social com relativa estabilidade, segundo Maria Célia Nunes Coelho (1995, p. 58) “[...] inscreviam-se as ações dos membros das elites regional / locais e das instituições por elas cooptadas”. Rompendo o domínio das oligarquias dos castanhais¹⁰ ao serem introduzidos novos atores, como fazendeiros, empresário de diferentes setores, migrantes. Somados aos

¹⁰ Segundo Marília Emmi (1989) passa pela compreensão de uma estrutura de poder de expressão no espaço amazônico, dissolvida pelas motivações em particular na Amazônia Oriental. Tendo o município de Marabá a materialidade que levam grupos a se apropriarem dos recursos naturais da região, de sua atuação, manifesta através de um controle político-econômico, fazendo-se representar “através de uma extensa rede de relações, em que predominam mecanismos de dominação/subordinação” (p. 127). Ao entender o processo responsável pela formação da Oligarquia dos castanhais, a nosso ver matriz de um poder político central de relevância para o estudo das redes políticas.

desreterritorializados, por esta nova estrutura sócio-espacial como ex-coletores independentes de castanha, ex-trabalhadores nos castanhais, atingidos por barragem e pequenos posseiros.

Ao analisar a reestruturação sócio-espacial deste momento Maria Célia Nunes Coelho (1995, p. 59) depreende:

[...] como resultado dos padrões perturbados, nas áreas de extração de recursos do sudeste do Pará, aumenta a complexidade dos problemas sociais, a densidade populacional, a mobilidade espacial e ocupacional dos trabalhadores, a urbanização e os sucessivos desmembramentos territoriais para a geração de novos municípios. (COELHO, 1995, p. 59).

Nesta nova configuração sócio-espacial temos um novo arranjo da expressão de poder, retirando das elites tradicionais sua hegemonia, por intermédio de movimentos, oriundos tanto do campo, como da cidade, envolvendo ex-colonos, ex-posseiros, índios. Sendo visto e agindo como atores sociais, passaram a competir com os demais atores na reestruturação do espaço, conseqüentemente por uma maior participação, ou dito de outra forma, interferência, nas esferas de poder (COELHO, 1995).

Ergue-se, deste processo, uma nova rede de poder político e uma nova elite passam a comandar as relações políticas-econômicas do antigo município de Marabá, fazendo com que acontecesse uma pressão desses novos grupos pela partilha do poder político na região, ocorrendo dessa forma emancipações territoriais, com o surgimento de novos municípios, desmembrados de Marabá, como mostra a tabela 04. Para, então, fortalecer grupos políticos que surgem e disputam o poder político-econômico dos novos municípios (PALHETA da SILVA, 2004).

MAPA 02: MAPA DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO DO SUDESTE DO ESTADO DO PARÁ POR ANO DE CRIAÇÃO – 2006.

Quadro 04 – Data de Criação dos Municípios da Mesorregião do Sudeste do Pará Década de oitenta e noventa (1980 e 1990).

Município	Ano de Criação	Município de Origem	Lei de Criação	Autor da Lei
Redenção	1982	Conceição do Araguaia	Lei nº 5.28	Plínio Pinheiro
Rio Maria	1982	Conceição do Araguaia	Lei nº 5.28	Plínio Pinheiro
Rondon do Pará	1982	São Domingos do Capim e Mojú	Lei nº 5.027	Externo*
Xinguara	1982	Conceição do Araguaia	Lei nº 5.28	Plínio Pinheiro
Parauapebas	1988	Marabá	Lei nº 5.443	Carlos Cavalcante
Santa Maria das Barreiras	1988	Santana do Araguaia	Lei nº 5.451	Carlos Cavalcante
Bom Jesus do Tocantins	1988	Conceição do Araguaia	Lei nº 5.455	Não tem registro
Curionópolis	1988	Marabá	Lei nº 5.443	Giovane Queiroz
Ourilândia do Norte	1988	São Félix do Xingu	Lei nº 5.449	Carlos Cavalcante
Tucumã	1988	São Félix do Xingu	Lei nº 5.455	Carlos Cavalcante
São Geraldo do Araguaia	1988	Xinguara	Lei nº 5.441	Não tem registro
Dom Eliseu	1988	Paragominas	Lei nº 5.450	Poder Executivo
Brejo Grande do Araguaia	1988	São João do Araguaia	Lei nº 5.448	Não tem registro
Goianésia do Pará	1991	Rondon do Pará, Jacundá, Moju e Tucuruí.	Lei nº 5.686	Temístocles de Nascimento
Breu Branco	1991	Tucuruí, Moju e Rondon do Pará.	Lei nº 5.703	Temístocles de Nascimento
Água Azul do Norte	1991	Parauapebas	Lei nº 5.694	Giovane Queiroz
São Domingos do Araguaia	1991	São João do Araguaia	Lei nº 5.706	Haroldo Bezerra
Novo Repartimento	1991	Tucuruí, Jacundá e Pacajá.	Lei nº 5.702	Não tem registro
Eldorado dos Carajás	1991	Curionópolis	Lei nº 5.687	Temístocles de Nascimento
Abel Figueiredo	1991	Bom Jesus do Tocantins	Lei nº 5.708	Haroldo Bezerra
Palestina do Pará	1991	Brejo Grande do Araguaia	Lei nº 5.689	Tete
Ulianópolis	1991	Paragominas	Lei nº 5.697	Nicias Ribeiro
Pau D'Arco	1991	Redenção	Lei nº 5.696	Giovane Queiroz
Cumarú do Norte	1991	Ourilândia do Norte	Lei nº 5.710	Não tem registro
Floresta do Araguaia	1993	Conceição do Araguaia	Lei nº 5.760	Carlos Cavalcante
Nova Ipixuna	1993	Jacundá e Itupiranga	Lei nº 5.687	Plínio Pinheiro
Bannach	1993	Ourilândia do Norte	Lei nº 5.761	Joécio Barbalho
Canaã dos Carajás	1994	Parauapebas	Lei nº 5.860	Não tem registro

Piçarra	1995	São Geraldo do Araguaia	Lei nº 5.934	Manoel Pioneiro
Sapucaia	1996	Xinguara	Lei nº 5.961	Clecio Witeck

Fonte: IBGE, Diário Oficial, TCM, AMAT e Assembléia Legislativa do Estado do Pará .

* Manifestação Popular.

O movimento das elites em busca de hegemonia pelo poder político-econômico, de perto, é acompanhado por aqueles outrora excluídos do processo decisório do governo do município, como colonos, posseiros, sindicatos rurais, sindicatos urbanos, organizações populares e não governamentais, as Igrejas Católicas com as pastorais, que passam, juntos e conflituosamente, a formar liderança e, na medida em que exercem seus direitos, para participar de forma direta ou indiretamente do governo de seu município (PALHETA da SILVA, 2004).

Na porção oriental da Amazônia a qual pertence o recorte por nós estudado, compreendendo a mesorregião do sudeste do Pará, temos uma especificidade da dinâmica territorial manifesta pelo movimento de fragmentação territorial dos municípios, como rebatimento de dois processos, o primeiro que diz respeito à abertura, dentro da constituinte, visando o movimento de descentralização, recaindo sobre a esfera municipal o enfoque de atuação por parte das elites locais e políticas. O segundo manifesta-se ao processo de desenvolvimento de uma política econômica que resultou na região amazônica, e em especial em nosso recorte estudado, em mudança na economia e no território.

4. ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL: O CASO DA ATUAÇÃO DA AMAT - (1977-2006).

Neste capítulo de nossa pesquisa nos deteremos em investigar a atuação da AMAT, tendo como ponto de partida a sua definição como pessoa jurídica, suas atribuições legais, uma vez que responde enquanto pessoa jurídica que é.

No item seguinte analisaremos o processo de formação das redes políticas, inicialmente faremos uma reconstituição de sua trajetória, a partir de entrevista com um de seu fundador e primeiro presidente. Analisando o por quê de sua existência na porção sudeste do Pará e não nas outras mesorregiões com a mesma força e sua especificidade de atuação e consolidação, sua interferência e ingerência para a região, através de ações e políticas públicas.

Por fim abordaremos o que é tratado como prioridade pela associação, nas palavras da secretária executiva, Sra. Izabel Firmino, como principal bandeira e de forma a almejar a proposição de uma nova regionalização para a Amazônia através da fragmentação territorial do Pará com a criação do Estado de Carajás.

4.1. ASSOCIAÇÃO: UMA DEFINIÇÃO JURÍDICA.

As disposições jurídicas que disciplinam a associação reúnem elementos para subsidiar nossa discussão e compreensão sobre o estudo da AMAT, ainda que saibamos que suas ações extrapolam as regras estáticas determinadas pelo campo jurídico. A AMAT tem um campo de representações de difícil apreensão, quando consideramos que muitas de suas ações são conseqüências de articulações de difícil apreensão.

Ao discorrer sobre as últimas alterações sobre o código civil percebemos a existência de opiniões de juristas sobre a matéria e tentaremos emitir uma opinião acerca das alterações promovidas pela nova Lei Civil, que venham a contribuir no entendimento e enquadramento jurídicos da associação, em âmbito de seu funcionamento para, então, termos elementos e analisarmos e compreendermos sua atuação.

Veremos o aspecto conceitual das associações a fim de verificar o real proveito das novas regras inauguradas com o novo Diploma Legal que entrou em vigor em 11 de janeiro de 2003, data em que entra em vigor o Novo Código Civil Brasileiro.

As associações são constituídas de um número maior de indivíduos que visam fins morais, pios, literários, artísticos, etc. Pode-se dizer, então, que as mesmas não têm objetivos econômicos, valendo esta peculiaridade como traço diferenciador das sociedades (TAVARES JUNIOR, 2003). Para o caso da atuação da associação municipal destacamos o fato de campo jurídico de sua constituição não almejar fim econômico, o que na prática pode ser efetivado, uma vez que as ações da AMAT estão atreladas à dimensão econômica e a política, almejando vantagens, repasses de recursos e fomento ao fortalecimento aos entes federados do Estado e a ela associados.

Pessoa Jurídica é a unidade de pessoas naturais ou de patrimônio, que visa à consecução de certos fins, reconhecida pela ordem jurídica como sujeito de obrigações. Entre suas principais atribuições e classificações destacamos a nacionalidade, a estrutura interna e as funções e capacidades, como mostra o quadro 05.

Quadro 05: Classificação das atribuições as pessoas jurídicas.

Classificação das Atribuídas as Pessoas Jurídicas	
Nacionalidade	A pessoa jurídica é classificada como nacional ou estrangeira, tendo em vista a sua articulação, subordinação à ordem jurídica que lhe conferiu personalidade, sem se prender, via de regra, à nacionalidade dos membros que a compõem ou à origem de seu controle financeiro. Se a sociedade for nacional, será organizada conforme a lei brasileira, fixando no país a sede de sua administração (arts. 1.126 a 1.133, do Código Civil).
Estrutura Interna	Ela pode ser formada por um conjunto de pessoas (<i>universitas personarum</i>), que gozam de certos direitos e os exerce por meio de uma vontade única. Exemplo desta modalidade de pessoa jurídica são as associações e, também, as sociedades, cujos conceitos não se confundem.
Funções e Capacidades	Pode haver pessoa jurídica de direito público (interno ou externo) e pessoa jurídica de direito privado (art. 40, do Código Civil).

Segundo o disposto no art. 53, do Código Civil, as associações são constituídas "*pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos*". Quanto a sua origem a pessoa jurídica é iniciada por um *ato de constituição*. Para o registro das associações, a ata de fundação, juntamente com os estatutos, devidamente registrados em Cartório, devem

ser apresentados à Delegacia da Receita Federal, para o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), e junto à Prefeitura, para Alvará de funcionamento.

Pode-se considerar entre as inovações a do art. 54 do Código Civil, na medida em que se passou a estipular o que deverão conter os estatutos de uma associação, sob pena de nulidade. Os requisitos são os seguintes: 1) a denominação, os fins e a sede da associação; 2) os requisitos para admissão, demissão e exclusão dos associados; 3) os direitos e deveres dos associados; 4) as fontes de recursos para a sua manutenção; 5) o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos; 6) as condições para alteração das disposições estatutárias e para a sua dissolução.

Houve algumas alterações muito relevantes para um melhor funcionamento das associações, entre elas destacamos a aprovação de contas, segundo o artigo 59 do novo Código Civil, apenas será válida com a presença de pelo menos 2/3 dos membros presentes em assembléia geral.

Podemos considerar a principal polêmica quanto ao aspecto jurídico que define Associação residir em torno da definição de "fins não econômicos" seja o maior problema. Segundo entendem alguns, tal expressão deve ser entendida como "fins não lucrativos", o que significaria não estarem às associações impedidas de praticar atividades econômicas que garantam a sustentabilidade da entidade.

No próximo item será analisada a constituição das redes políticas na mesorregião em questão, entendido como um processo de expressão da transformação e consolidação de uma dinâmica específica das atividades econômicas, responsável pela origem de uma nova estrutura social, de uma nova configuração das elites, que em suas articulações estabelecem a formação de uma estrutura de poder com expressão espacial.

4.2. AMAT: A FORMAÇÃO DE REDE POLÍTICA NA MESORREGIÃO DO SUDESTE PARAENSE.

Tal recorte está compreendido na Macrorregião do Povoamento Consolidado, mais especificamente falando em uma de suas sub-regionalizações, Núcleo de Modernização do Leste e Sudeste do Pará (BECKER, 2004). Situada na Mesorregião do Sudeste do Estado do Pará, sob a qual está nosso objeto de investigação, rebatimento que é dos circuitos espaciais de poder, manifesto a partir da atuação da associação municipal, como é o caso da

AMAT (Associação dos Municípios do Araguaia-Tocantins), com destaque para cinco municípios por exercerem o maior número de presidências da associação durante seu período de existência (1977-2006), como mostra o mapa 03 de maior representatividade política da mesorregião.

Os cinco municípios em destaque representam o grupo de prefeitos que tem se revezado na gestão da associação, que em comum em sua formação sócio-espacial, sofreram os rebatimentos de uma política endógena de desenvolvimento regional, durante três décadas de regime totalitário. Entre suas últimas atuações desses governos destacamos os grandes projetos, como o Programa Grande Carajás (PGC) e a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), tendo rebatimentos para os municípios de Marabá, Tucuruí e Parauapebas, de forma direta e indireta para uma gama maior de municípios, como mostra a tabela 01.

Tabela 01: Posição de destaque dos cinco municípios de maior relevância da AMAT: PIB, Participação na Economia do Pará e Ranking.

Municípios De maior Destaque	1999			2002			2003		
	PIB (R\$-mil)	Part (%)	Ranking	PIB (R\$-mil)	Part (%)	Ranking	PIB (R\$-mil)	Part (%)	Ranking
Tucuruí	496.849	2,98	5°	1.573.463	5,39	3	1.573.463	5,39	18
Parauapebas	636.797	3,83	4°	1.158.873	3,97	5	1.158.539	3,97	20°
Marabá	479.159	2,87	6°	953.425	3,26	6	953.425	3,26	21°
Redenção	184.474	1,11	29°	369.909	1,27	13	369.909	1,27	28°
c. do Araguaia	137.210	0,88	21°	206.064	0,71	24	206.064	0,71	

Fonte: IBGE - SEPOF/DIEPI/GERES

Os referidos municípios exercem um papel de destaque no cenário econômico da Pará por estarem figurando entre os cinco maiores PIB da economia paraense, fato explicado, sobretudo pela existência de grandes projetos como é o caso de Parauapebas, com a mina de Ferro e receber repasses vultosos e Tucuruí por abrigar uma hidrelétrica, quanto a Marabá seu destaque é marcado pela maior participação no setor de serviços na

MAPA 03 DE MAIOR REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DA MESORREGIÃO.

mesorregião, exercendo uma situação de destaque e assume uma polaridade na rede urbana naquela mesorregião, da qual foi desmembrada e criado o município de Parauapebas.

Os municípios em questão foram responsáveis por uma situação de nova configuração da constituição do poder local, com a emergência de novos atores, como os fazendeiros, madeireiros, trabalhadores sem terra, comerciantes, funcionários da CVRD ou de suas contratadas ou subsidiárias, Bancos, profissionais liberais como médicos, advogados, políticos e comerciantes. Resultando no acirramento das disputas pelo poder e por recursos, paralelo a um processo de fragmentações da malha municipal com destaque para os municípios, como demonstra o [mapa 03](#), que originaram novos a partir de Marabá, Conceição do Araguaia, Xinguara,. Etc., (PALHETA DA SILVA, 2004).

Estes processos, disputa por recursos e fragmentação territorial dos municípios, podem ser entendidos de forma complementar, uma vez que havia por parte dos prefeitos um relativo consenso quanto aos desmembramentos, segundo entrevista do sr. Haroldo Bezerra, fundador dessa associação no final da década de setenta (1970) e atual secretaria executivo da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Urbano e Rerional:

Sempre fomos a favor da criação de novos municípios, encaminhei vários projetos, mas na região quem mais apresentou projetos para criação de novos municípios foi a Giovane Queiroz, entendíamos como forma de aproximar o governo das pessoas, ainda como prefeito de Marabá desmembramos e criamos municípios e aquelas épocas fomos criticadas, a exemplo da criação de Parauapebas, mas quando olhamos e vemos hoje estes municípios estão bem (Entrevista Realizada em 2006).

Sua atuação para criar novos municípios não se restringiu apenas em sua gestão como prefeito, quando deputado estadual foi o vice-presidente da Comissão de Assuntos Administrativos do Estado e Assuntos Municipais, posteriormente também tendo como vice o então deputado Giovane Queiroz, ambos muito receptivos e favoráveis à idéia de criação de novos municípios e aturam neste sentido e graças a eles tivemos a criação de pelo menos sete novos municípios diretamente e com certeza uma atuação de forma indireta deva ter sido despendida ações em favor da criação de novos municípios no sudeste do Pará, portanto desse empenho dependia o sucesso na criação de novos municípios uma vez que não existia a obrigatoriedade de estudos sobre a viabilidade nessa época.

Destacamos o município de *Marabá*, cidade cuja formação sócio-espacial pode ser considerada embrião do território controlado pela AMAT, saindo de tal município a

primeira presidência da associação, com os seguintes prefeitos, Haroldo Costa Bezerra - fundador (1977-1978), Hamilton Bezerra (1987-1988), e Haroldo da Costa bezerra (1995). Seguidos posteriormente por *Conceição do Araguaia*, que assumiu a presidência da associação nos respectivos prefeitos: Giovanni Queiroz – fundador (1979), Orlando Mendonça (1986), José Alberto de Souza Branco (1990-1991) e Carlos A. Cavalcante Barros (1993-1994); *Tucuruí*: Pedro Paulo Antonio – fundador (1980), Cláudio Furman (1984-1986) e Parsifal de Jesus Pontes (1996). *Parauapebas* com as seguintes gestões: Faisal Salmen (1989), Ana Isabel Salmen (1999-2000). Por fim, *Redenção* com Mario Aparecido Moreira (1998), Mario aparecido Moreira (2004) e Jorge Paulo (2005).

O grupo desses cinco municípios possui relevância justificadora refletida no aspecto demográfico, pois respondem por quase cinquenta por cento da população do sudeste paraense, como conseqüência de um intenso processo migratório que fez esta população duplicar nas duas ultimas décadas, atingindo aproximadamente 490 milhões de habitantes em 2005, como mostra a tabela 02.

Tabela 02: População dos municípios com maior números de presidências na AMAT (1980-2005).

MUNICÍPIOS	ANOS					
	1980	1985	1991	1995	2000	2005
Tucuruí	61.140	84.326	81.623	60.220	61.596	85.499
Parauapebas	–	–	53.335	55.664	80.515	91.621
Marabá	59.743	133.559	123.668	151.374	173.375	195.807
Redenção	–	43.647	55.968	61.396	64.926	70.739
C. do Araguaia	111.551	68.042	54.900	59.977	47.245	44.224
Total	232.434	329.574	369.494	388.631	427.657	487.704

Fonte: IBGE – Vários anos.

A AMAT criada no final da década de setenta (1970), hoje congrega em sua associação trinta e oito municípios associados¹¹, sua atuação circunscreve-se a Mesorregião

¹¹ A configuração atual dos municípios da AMAT hoje é composta pelos seguintes municípios: Abel Figueiredo; Água Azul do Norte; Bannach; Bom Jesus do Tocantins; Brejo Grande do Araguaia; Breu Branco; Canaã dos Carajás; Conceição do Araguaia; Cumarú do Norte; Curianópolis; Dom Eliseu; Eldorado dos Carajás; Floresta do Araguaia; Goianésia do Pará; Itupiranga; Jacundá; Marabá; Nova Ipixuna; Novo Repartimento; Ourilândia do Norte; Palestina do Pará; Parauapebas; Pau D'arco; Piçarra; Redenção; Rio Maria; Rodon do Pará; Santa Mª das

do Sudeste Paraense, tendo sua ocupação iniciada efetivamente no século XVIII, através da garimpagem e da pecuária. No entanto, somente na segunda década do século XX é observado um contingente populacional estável, embora pequeno, relacionado às coletas do caucho e posteriormente a coleta da castanha do Pará. Esse ciclo extrativo fez de Marabá a cidade mais importante da região, posição que ocupa até hoje. Porém, os investimentos que foram alocados na parte leste e sudeste do Estado, região cortada por importantes rodovias, tornaram a mesorregião umas das áreas de maior transformação da Amazônia, com a introdução de novas atividades, com destaque para a penetração do ciclo agropecuário, com ênfase para a cultura da soja e a criação bovina.

Quando consideramos a classificação do PIB do Pará por suas mesorregiões percebemos que a única *meso* com crescimento constante foi o Sudeste Paraense, sendo responsável por 30% do PIB paraense, ficando atrás apenas de Meso Metropolitana de Belém, que apesar de responder por 40% do PIB do Pará, neste intervalo de tempo sofreu um decréscimo, como mostra a Tabela 03.

Tabela 03 – PIB das mesorregiões do Estado do Pará – 1999-2003.

Mesorregiões	1999	%	2002	%	2003	%
Pará	16.673.915	100%	25.530.346	100%	29.131.268	100%
Metropolitana De Belém	6.958.194	42%	10.066.056	39%	11.666.719	40%
Sudeste Paraense	4.429.168	27%	7.379.723	29%	8.789.402	30%
Nordeste Paraense	2.215.197	13%	3.204.302	13%	3.472.268	12%
Baixo Amazonas	1.432.748	9%	2.325.679	9%	2.608.902	9%
Sudoeste Paraense	1.065.837	6%	1.737.719	7%	1.740.598	6%
Marajó	572.771	3%	816.867	3%	853.379	3%

Fonte: IBGE - SEPOF/DIEPI/GERES.

Ao considerarmos outros indicadores econômicos como a geração de postos de trabalho percebe-se o destaque mais uma vez da Mesorregião do Sudeste Paraense, única meso a manter no período em questão, um crescimento constante dos postos de trabalho

Barreiras; Santana do Araguaia; São Domingo do Araguaia; São Felix do Xingu; São Geraldo do A.; Sapucaia; Tucumã; Tucuruí; Ulianópolis; Xinguara.

formal na atividade industrial, quando no mesmo período a Meso Metropolitana de Belém passa por uma redução de seus postos de trabalho no setor industrial em torno de 25% , há que se ressaltar, mesmo reduzindo os postos de trabalho esta meso mantém posição de supremacia, pois responde por mais da metade de todos os postos da Pará, como mostra a tabela 04.

Tabela 04 - Mesorregião do Estado do Para - emprego formal na atividade industrial (1986/89/93/96).

Mesorregiões Do Pará	1986	1989	1993	1996
Metropolitana de Belém	40.219	41.618	31.902	31.892
Sudeste Paraense	9.573	11.587	13.360	14.916
Nordeste Paraense	3.916	4.248	3.266	3.802
Marajó	1.279	1.755	2.550	2.747
Baixo Amazonas	4.779	4.590	3.368	2.333
Sudoeste Paraense	799	793	616	683
Total	60.565	64.591	55.062	56.373

Fonte: IBGE - SEPOF/DIEPI/GERES.

Os números são bastantes favoráveis a meso do Sudeste Paraense garantindo uma posição privilegiada dentro do Estado que só afirma as assertivas de Becker (2005) sobre a pujança desta ‘região’ como vetor mais dinâmico da economia e em expansão, como resultado da penetração de frentes de expansão da atividade agropecuária.

Existe uma relação entre a dinâmica econômica pelo qual esta porção da Amazônia vem passando nas últimas décadas e as assertivas de Lima (2002, 2004, 2005) sobre esta dinâmica territorial, contribuindo significativamente para esta pesquisa, ao discorrer sobre o processo de (re) configuração territorial da Amazônia brasileira. Quando questiona o porquê da divisão em frações que buscam ampliar sua autonomia relativa, buscando uma compreensão de como a fragmentação do espaço e de como isto poderia ou não representar o embrião de novas regionalizações, ou melhor, de sub-regionalizações.

Na medida em que versam sobre esta temática, quando na interface conceitual entre Teoria Política e Território, remetendo a uma discussão da crise ou disfunção no pacto

federativo brasileiro, enquanto uma condição para que pensemos a emergência de novas representações de poder, manifestando-se em certa recomposição do território brasileiro, como ora se manifesta pela atuação da AMAT, através de ações que visam tanto o desenvolvimento regional, como a criação do Estado de Carajás.

Para Lima (2004) as redes políticas enquanto proposta conceitual, produto do diálogo entre a Geografia e Ciência Política,

[...] são instâncias e procedimentos de coordenação horizontal e descentralizada. Acrescentamos que tais redes se edificam, com maior nitidez, nos interstícios deixados no pacto federalista, permitindo que assumam relevância novas escalas geográficas (LIMA, 2004, p. 108).

São considerados como entes a união, o estadual, recentemente ganhou status o município. A união municipal em torno das associações é responsável pela origem de uma nova escala de atuação dentro da federação, a regional, não considerado, sem nenhum reconhecimento jurídico, portanto sendo premente sua legitimação, dada sua capacidade de pensar ações e planos tendo em vista as peculiaridades em comum dos municípios, ou mesmo, o fato de possuir corpo técnico para assessorar a gestão municipal tão carente de recursos humanos e, sobretudo financeiros.

A reflexão sobre as sub-regionalizações em processo na Amazônia requer a ressalva ao contemplar o movimento em torno do território, entender o que pode ser considerado como causa, aceleração ou estagnação dos processos de criação de novos municípios, de seu fortalecimento. Enfim, as sub-regionalizações não devem ser apreendidas como se fossem petrificadas. Portanto expressam o real, enquanto movimento de criação e recriação permanentes, de tal sorte que o princípio da federação parece induzir e explicitar o fortalecimento das alianças, tendo na cooperação municipal um rebatimento de tal processo, como tem se mostrado a atuação da AMAT.

Destacamos que implementa como estratégia de ação e articulações com determinados grupos em função de seus interesses, criando consórcios de atuação para a área de saúde, na compra de UTI neonatal, e na educação. Outra atuação de segmento no grupo de municípios diz respeito àqueles atingidos por barragens, na qual a associação criou um consórcio para reivindicar repasses junto a ELETRONORTE. Os municípios impactados pela atividade mineradora tiveram na AMAT uma mediação junto a Cia. Vale

do Rio Doce (CVRD), para articular, via políticos e o próprio governador, e pleitear melhor participação num Fundo de Desenvolvimento Regional.

O estabelecimento das redes políticas cuja expressão espacial recai sobre a região sob a qual a AMAT defende e quer desenvolver, segundo discurso, através de suas intervenções em amplo sentido e em vários setores sociais e da economia, tem mostrado sua efetivação coroada de relativo êxito, quando consideramos suas repercussões na proteção social e no fortalecimento, ainda que limitado, da gestão municipal e, sobretudo a atuação sem muita presença efetiva para a sociedade do governo estadual e federal naquela mesorregião, gerando condições ou dando subsídios para os discursos regionalistas e fragmentários em favor da criação do Estado de Carajás, como veremos a diante.

4.3. DA ASSOCIAÇÃO À REGIONALIZAÇÃO: A CRIAÇÃO DO ESTADO DE CARAJÁS.

A associação municipal tem emergido no Brasil como resposta as condições adversas da atual conjuntura, tanto mundial como brasileira, a crise do Estado, dificuldade de fontes de financiamento, complexidade e a conseqüente intensificação dos problemas sociais, na cidade ou no campo.

No aspecto de sua representação espacial temos, institucionalizada pelo Estado, promovidas pelos órgãos competentes como o IBGE, através da regionalização oficial. A associação tem sua expressão espacial efetivada sob as regionalizações institucionais, em nosso caso, a atuação da AMAT circunscreve-se a Mesorregião do Sudeste Paraense¹².

Ao analisarmos a efetivação de políticas públicas, o grau de dificuldade para sua eficácia, recaindo sobre uma modalidade de cooperação entre os entes federados, no município em particular, em nosso caso, neste sentido a forma de cooperação é a *associação*. Possuidora de possibilidade e capacidade de potencializar e dar soluções de forma melhorar a gestão pública dos territórios circunscritos à atuação municipal e sua união em âmbito regional, tendo como ponto aglutinador a AMAT.

¹² Segundo a resolução nº 51, de 31/07/1989, do presidente da república, que aprovou a divisão do Brasil em meso e microrregiões proposta pelo IBGE. Sob a implicação desta resolução o Pará está regionalizado nas seguintes mesorregiões, Metropolitana de Belém, Nordeste Paraense, Sudeste Paraense, Sudoeste paraense, Baixo Amazonas e Marajó.

O estreitamento das relações entre os municípios pode ser compreendido sob várias modalidades de cooperação municipal, como a formação de comitês de bacia, consórcios, etc. Aqui, a ênfase será dada à associação, cuja relevância nos últimos anos passa pela forma que os municípios elegem para dar respostas à complexidade dos problemas em que se deparam em seus cotidianos para resolver, cuja escala extrapola e não respeita suas fronteiras territoriais e suas limitações de execução.

Para tanto deveremos ter a compreensão das condições sob as quais os municípios se submetem: desequilíbrio de contas, escassez de fontes de financiamento, complexidade dos problemas sociais, urbanos e ambientais, da difícil arquitetura política das ações ao se relacionar com os vários entes federados, sobretudo a forma como os fatores arrolados sofrem rebatimento direto do processo globalitário.

Podemos considerar a existência da emergência de uma escala ultrapassando os limites municipais, levando-os a unirem-se com outros municípios para fazer frente os desafios, uma vez que os problemas sociais e ambientais agravam-se requerendo dos gestores medidas a altura.

Pelas condições acima mencionadas uma justificativa para essa modalidade de cooperação municipal, a associação, passa pela contextualização de suas ações, na medida em que os problemas a cargo dos municípios exigem soluções que extrapolam o alcance da capacidade de ação da prefeitura, em âmbito de recursos humanos e financeiros. Além disto, grande parte das soluções exigem ações em conjunto, na medida em que afetam vários municípios, como as questões bastantes plurais referentes ao meio ambiente, tratamento de resíduos sólidos, saúde, educação e moradia (LAMPARELLI, 1999).

No caso dos municípios afetados pela atuação da AMAT, além das condições mencionadas, é necessário considerar a existência de grandes projetos em seu território de atuação, como o de Ferro Carajás e Hidrelétrica de Tucuruí, responsáveis por interferências, na medida em que representam instâncias de poder com interesses na apropriação dos recursos minerais e energéticos existentes em seus territórios, configurando o que o Prof. Dr. Rui Moreira em palestra dia 31.10.2006 chamou de gestão privatizada do território.

É uma consideração muito atinente sobre o processo de cooperação intermunicipal a de Motta de Barros (1994):

Estariamos procurando conhecer a ação de uma força endógena que move os municípios em direção ao trabalho conjunto com outros municípios, tendo em vista a expansão de sua atuação fora dos limites de suas fronteiras. O interesse em participar de uma cooperação inter municipal (CIM) exprimiria uma força que se origina e pulsa no interior do município. Esta energia, assemelhada a uma força centrífuga, impeliria os municípios uns em direção aos outros, cientes de que projetar seus mecanismos institucionais para fora de suas jurisdições político-administrativas seria caminho válido para resolver problemas de solução impossível exclusivamente dentro de seu município. (MOTTA, 1994, p. 30).

No momento atual há esta convergência de interesses por parte dos municípios, e isto deveria independer das legendas partidárias, para se unirem em torno de objetivos em comum, no caso encaminhar soluções de forma a tornar mais executável políticas e programas em conjunto, captar recursos fora da esfera estatal, capacitar corpo técnico dos municípios, enfim, buscar melhora na gestão municipal.

No Brasil pós reforma constitucional de 1988 reuniríamos condições de mudar as relações dos entes federados, recaindo sobre o município uma maior ênfase e repasse de responsabilidades, não acompanhadas pelas respectivas condições de execução das respostas, agravado pela elevação do quadro de complexidade dos problemas sociais, idéia corroborado nas palavras de Regina Silvia Pacheco (1999):

[..] os municípios brasileiros tiveram suas responsabilidades e recursos expandidos. Por outro lado, as demandas sociais aumentaram e os desafios traduzidos pela globalização impuseram novos campos de ação aos municípios. Muitos deles enfrentam grave situação financeira, seja em decorrência do endividamento ou do aumento das despesas superiores ao aumento das receitas (PACHECO, 1999, p, 29).

Uma das modalidades de cooperação entre os municípios que assume relevância é a atuação das associações municipal, justificada pela gama variada de ações que implementam. Considerando desde a construção de obras e conservação (construção e manutenção de estradas vicinais), abastecimento e nutrição (sacolões e merenda escolar), cultura (ônibus e biblioteca), saúde (controle sanitário, redes de atendimento, hospitais), preservação do meio ambiente, tratamento dos resíduos sólidos (lixões, usinas de reciclagem), desenvolvimento (planejamento e fomento ao crescimento econômico) (LAMPARELLI, 1999).

A partir dos anos noventa (1990) há formação de uma nova agenda de amplos desafios para o município no Brasil, uma variedade de ações de âmbito regional ou

Estadual, como o desenvolvimento econômico, articulação supra-municipal, agora fazem parte da esfera de ação do município. Além de outros componentes da agenda permanente dos governos locais – saúde, educação, proteção social a grupos desfavorecidos. A constituição de tal agenda, ambiciosa e premente, dá-se num momento de crise sobre o papel do Estado e escassez de recursos públicos (PACHECO, 1999).

Este processo de reforma do Estado pode ser chamado de descentralização centralizadora. Daí o desenvolvimento da contextualização de Motta (1994) corroborar a busca de cooperação entre os municípios, como uma forma de potencializar suas ações, dar maior solidez e sinergia às políticas públicas, na medida em que reúnem recursos e capacidade de planejamento e execução, ou mesmo uma maior capacidade de articulação política.

Uma compreensão a cerca dos cenários, ao considerarmos o desenvolvimento do município, passa pela contextualização da abertura externa e interna, de seus rebatimentos, o qual vem sendo submetido o Estado - Nação. A primeira, diz respeito aos processos essencialmente econômicos, objetivando inserção na economia internacional, daí busca por uma modernização com vista a elevar o grau de competitividade.

A abertura interna pode ser representada como a dimensão política, os processos de reorganização do Estado com intuito de sintonizar-se com os processos econômicos, requerendo uma gestão com maior eficiência, ágil, portanto descentralizada, até certo ponto corporativa.

Podemos considerar a descentralização como força impulsionadora do processo político, para Sergio Boisier (1996) existem fatores favorecedores da descentralização. A implicação da revolução científica e tecnológica na promoção de uma nova geografia mundial da indústria, também sobre as telecomunicações e transporte. Ao considerarmos as implicações destes fatores que favorecem a descentralização e que ainda não são utilizados na Amazônia em geral e no Pará em de forma específica, vemos o quanto há de obstáculos, sendo responsável por emperrar a gestão pública. Agravados, é claro, por uma política clientelística e patrimonialista, como a que vemos no Pará.

Ergue-se neste cenário um quadro no qual vemos a elevação das demandas por autonomia por parte da sociedade civil, amadurecendo os processos participativos na tomada de decisões da administração pública. Enfim, o território nacional estaria sob

vigorosa normatização via abertura interna com o processo de descentralização, cabendo ao Estado regular o regime de acumulação de capital, acompanhado de perto por uma relativa ou programada transferência de poder a sociedade civil.

Segundo este mesmo autor a abertura interna teria como alvo a inclusão da população no que chama de dupla condição, de participação e equidade, o que a realidade parece não ter sido confirmado. Logo, fica patente sua teorização ter uma conotação muito favorável ao processo de *globalitário*, na acepção de Milton Santos (2000), a ponto de colocar a seguinte problemática, ao nosso ver contraditória, mas não pode deixar de ser considerada, quanto ao papel dado à população na definição de política referente a cada escala territorial: “Como ajudar suas respectivas áreas territoriais a alcançarem condições de competição e modernidade, sem perder a equidade e a participação?” (BOISIER, 1996, p.118).

Em outra produção textual, Boisier (1996) levanta as características em torno de uma configuração territorial vencedora para uma região, como mostra a quadro 06. Tais características seriam facilmente aplicadas a uma empresa em tempos de acirrada competição. É uma forma, como diria Milton Santos (1994), corporativa de ver o desenvolvimento regional e de ter como premissas para efetivação da gestão em nível da região.

Quadro 06 – Configuração territorial vencedora.

CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL VENCEDORA	
Velocidade	É preciso ser veloz para aproveitar as oportunidades, para entrar e sair rapidamente dos acordos e redes.
Flexibilidade	Capacidade de oferecer uma ampla gama de respostas aos requisitos do contexto.
Maleabilidade	Moldar a própria estrutura aos interstícios do meio ou as formas mutantes do meio.
Cultura	Produz auto-referencia e identidade, surge como elemento adicional na competitividade.
Resiliência	Capacidade de reconstituir uma estrutura quando danificada por elementos exógenos.
Complexidade	Tem varias dimensões, multiplicidade de subsistemas reconhecíveis, hierarquia, articulação não-lineares dos elementos e recursividade.

Fonte: Boisier (1996).

As argumentações acima sobre as características de uma suposta região vencedora vão legitimar o que o autor chama de *Regiões Pivotaís*. Definida como menor unidade territorial que simultaneamente apresenta atributos de complexidade sistêmica, cultura e resiliência. Esta região teria a capacidade de destacar-se dentro do território nacional, enquanto arranjos territoriais, hierarquicamente ordenados (BOISIER, 1996).

Ao discutir as implicações do poder político para o desenvolvimento regional surge o conceito de *região como quase-Estado*, sob a seguinte argumentação: “[...] todas as regiões se encontram, a todo o momento, articuladas entre si por relações de dominação e dependência, hierarquicamente ordenadas” levando em consideração que o território nacional assuma a denotação de sistema e articule suas regiões (BOISIER, 1996, p. 122). No Brasil fica patente esta assertiva quando vista a supremacia e articulação do Centro-Sul em relação a demais regiões a ponto de ser responsável por agravar os desequilíbrios regionais no Brasil.

Compreendendo o território nacional como um sistema hierarquicamente ordenado impondo a Amazônia determinações, relegando ao Pará uma posição de relativo destaque, ou funções em seguimentos produtivos que pouco agregam valor, como extração mineral, metalurgia do alumínio, extração madeireira e agropecuária. Manifesta-se de forma premente para cada região, ou melhor, reduzindo a escala ao considerarmos a mesorregião sudeste do Pará. Para sair da sua condição atual, não tão somente acelerar seu crescimento, entretanto dar um salto qualitativo faz-se necessário romper com a relação de dominação/dependência substituindo por uma relação de cooperação, como tem mostrado os resultados da atuação da cooperação entre os municípios (BOISIER, 1996).

Para que o sudeste paraense possa romper esta relação de dominação/dependência precisa passar por um processo de acumulação de poder político (APP) que pode ser explicitado a partir de dois processos para Boisier (1996). Primeiro pela transferência de poder político incorporado em um projeto nacional descentralizador, como o que operou no Chile com timidez, no Brasil com bastantes restrições. E segundo, com a criação de poder político, algo obtido mediante consenso político, o pacto social, a cultura de cooperação e a capacidade de criar, coletivamente um projeto de desenvolvimento regional, concluindo o autor com a seguinte afirmação: “Eis, portanto, a relevância do conceito de projeto político regional como instrumento de criação de poder político” (BOISIER, 1996, p. 124).

Quando associamos o peso da dimensão política, suas articulações sobre o papel dos Estados e municípios, para a promoção de políticas de implicações territoriais, as articulações institucionais, o papel exercido pela sociedade, quando há uma cultura participativa resultando em uma melhor atmosfera para consecução da busca do desenvolvimento regional, ao invés de enfatizar apenas a dimensão econômica, como única força capaz de gerar em uma região o ‘desenvolvimento’ O que se pode depreender é a falta de substância para o projeto empreendido pela associação para atingir o desenvolvimento quando considera apenas com a hipótese de criação de um novo Estado, explícito nas argumentações a seguir.

No caso da Amazônia Oriental temos a emergência de novas escalas de insurgência, como materialidade de sub-regionalização originada de forma latente no Sudeste do Pará a partir da atuação da AMAT, e expressa ao proporem a criação do Estado de Carajás. Desde sua origem esta associação tem alterado seus objetivos dependendo da contextualização sócio-espacial para eleger suas prioridades. Na década de 1980 buscava melhora em alguns setores que julgava críticos e abandonados pelo governo estadual. Durante a década de 1990 sua principal bandeira foi à construção das eclusas de Tucuruí, alegando que o represamento do rio Tocantins seria responsável pela obstrução do ‘desenvolvimento’ da região. Já no final desta década (1990) houve uma mudança de prioridades ao alegar a necessidade de desmembramento do Pará com a criação do Estado de Carajás, como única via para desenvolver a região.

Quando questionado sobre as motivações de criação da AMAT, então prefeito de Marabá e seu fundador, Sr. Haroldo Bezerra, hoje atual Secretário Executivo da recém criada Secretaria Executiva de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional (SEDURB), disse o seguinte:

Quanto em sua fundação, em 1977, a AMAT inicialmente foi formada por seis municípios, Marabá, Tucuruí, Jacundá, Itupiranga, Conceição do Araguaia e São João do Araguaia. Cujas escolhas do presidente dava-se pelo voto aberto e amigável, sua proposta inicial era de fomentar o desenvolvimento regional, ao defender as questões da região, seus principais problemas, atuando nos seguintes eixos: saúde, educação e transporte. Agindo associada como estratégia para diminuir despesas dos municípios. (Entrevista Realizada em 2006).

Era necessária uma capacidade de diálogo, ora técnica, para elaboração das proposições a nível regional de planejamento, bem como para requerer direitos no cálculo e

repases, juntamente com a capacidade fundamental dada pela sua articulação política, capaz rever cálculos e acessar fundos, executar os planos, através da articulação com deputados federais e senadores, como aconteceu com os municípios impactados pela atividade mineradora, acessando considerável montante, segundo seu idealizador:

[..] a atuação da AMAT baseava-se num modelo de gestão chamada de filosofia 'tecnopolítica', consistindo em possuir no seu quadro técnicos capacitados para elaboração de projetos, acompanhado com a força política para negociar este projeto, não adiantando ter um discurso político e não ter capacidade técnica. A AMAT foi primeira instituição que enveredou uma forma de planejar estratégica e analisando as questões conforme a situação e com o momento, sem deixar de reavaliar sua atuação. Negociando programas e projetos para desenvolver a região, fazendo com que fosse consolidando sua atuação na região. (Entrevista Realizada em 2006).

Para o senhor Haroldo Bezerra esta forma de implementar gestão da AMAT a levou ao lugar de destaque no cenário paraense e referência para as outras associações no Pará, é justificado pela própria forma como as outras associações buscam se inserir, hoje, junto a SEDURB, como forma de acessar recursos, tendo inspiração e referência na atuação da AMAT, para o sr. Bezerra algumas associações chegaram a ter como modelo o seu estatuto.

Hoje podemos comprovar a importância das associações para os municípios ao vermos uma regionalização do Estado por intermédio das associações como mostra o mapa 04.

A ponto de o governo estadual considerar em seu planejamento e atuação a importância das associações como forma de melhorar sua atuação a nível municipal, fazendo mediação, inclusive de escala, entre o estado e o município, com o que chama de *municipalização do desenvolvimento*, tendo nas associações os mediadores para efetivação de seus projetos, a exemplo do Pará Urbe, programa de apoio ao desenvolvimento municipal e melhoria da infra-estrutura regional e fortalecimento institucional dos municípios do Estado do Pará, entre os seus objetivos destacamos o

O MAPA 04: MAPA DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ POR PARTICIPAÇÃO EM UMA ÚNICA ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL – 2006.

apoio ao desenvolvimento dos municípios paraenses, voltado para o fortalecimento da gestão municipal, melhoria do esforço fiscal e execução de obras regionais e de interesse municipal [...] O programa abrange subprogramas de fortalecimento institucional e de investimento diretos, que se destinam ao financiamento de projetos em áreas prioritárias de desenvolvimento urbano e regional. (Pará, 2002, p. 7-10).

Em entrevista o senhor Haroldo demonstrou a importância das associações ao darem condições e suporte para os seus municípios de inserção em programas, não somente do governo estadual, no caso do Pará Urbe o montante de investimento chega à casa dos 185 milhões de reais.

A ação da AMAT buscou a caminho da efetivação de políticas públicas para a região através da criação de um canal de diálogo direto com o governo estadual, na medida em que em bloco de municípios que formava a associação ganhava força e voz para requerer, junto à administração estadual, soluções para seus problemas regionais. Também buscou articulando parcerias com organismos internacionais, como a Unicef e G-7, objetivando melhorar as precárias condições em que se encontravam os municípios participantes da associação.

Nesta direção foi encaminhada a orientação da AMAT, crescendo não somente em número de associados, mas percebendo sua importância tanto para a gestão do executivo, adquirindo maturidade para dar aos municípios daquela região uma melhor capacitação para efetivação de ações, que podem ser consideradas como a satisfação de demandas em comum, mas que não teria em um único município condição de reivindicá-la junto ao Estado do Pará. Ressalvando-se o fato de não reunir, ainda, as condições para que se propõe, uma vez que ainda não possui um corpo técnico capaz de reunir elementos para conceber e executar um plano para a região, envolvendo vários seguimentos.

Como vemos na atuação da AMAT, quando busca através de projetos e programas, parcerias, como a que estabeleceu com a Unicef para a educação:

É justamente o setor educacional uma das prioridades dentro do cronograma de ações da Associação. Com o apoio do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) – o que comprova a seriedade do trabalho – a AMAT promove vários eventos durante todo o ano, entre os quais se destacam o Fórum Permanente de secretários e Dirigentes Municipais de Educação. (AMAT & UNICEF, 1995, p. 8).

Este evento tem ou teve por finalidade uma permanente discussão por parte das pessoas responsáveis pelo processo educacional de forma a criarem uma agenda de

respostas e encaminhamentos aos setores competentes de forma a, se não acabar com o grave quadro em que se encontra a educação no Brasil e de forma mais grave ainda para o sudeste do Pará. Pelo menos vir a atenuar tais condições. Dentre os obstáculos, considerando a diversidade entre os municípios que compõe a associação, destacamos:

Os problemas enfrentados pelo ensino são basicamente os mesmos: falta de material didático e de outros atrativos que fixem os alunos na escola, como a oferta regular de merenda; elevados índices de repetência e evasão escolar; professores mal preparados para a atividade pedagógica; salários irrisórios pagos aos profissionais de educação; deficiência no atendimento prestado pela SEDUC aos municípios; excesso de burocracia na apreciação e aprovação de projetos; supremacia das conveniências políticas em detrimento das ações que visam garantir investimentos em educação. (AMAT & UNICEF, 1995, p. 5-6).

Existiam graves problemas postos para os municípios associados em vários setores, como a educação, infra-estrutura, saúde, saneamento, etc. E uma presença tímida das ações do governo Estadual. Em certa medida as dimensões territoriais gigantescas do Pará associado a um modelo de gestão centralista convergindo o foco de ações do governo para um planejamento que não almejou dar condições para se formar uma unidade territorial no Estado, contribuindo, sobremaneira, subsidiando as argumentações em favor da fragmentação territorial do Estado, de forma mais contundente e que manifesta a condição dos municípios daquela região: “hoje abandonados e extremamente carentes nos setores de saúde, educação, saneamento e transporte” (CARAJAS JÁ, 1997).

Há que se reconhecer que estes problemas afligem a grande maioria dos municípios do Brasil, mas, então, seria procedentes o desmembramento e criação de novos Estados como forma de resolução de problemas de centenas de municípios por estarem sob estas mesmas condições (...). Claro que não. A criação de Estados passa por condições a serem atingidas de sustentabilidade econômica, ou melhor, com sua criação teríamos melhores condições para desenvolvermos uma dada porção espacial, tendo como argumentação em favor o exemplo do que aconteceu com o extremo norte de Goiás, hoje Tocantins, alegando que com sua criação houve um significativo incremento em sua dinâmica econômica, ao nosso ver parece uma das argumentações mais usuais, porém não há estudos mais acurados que comprovem estas teses para o sudeste do Pará.

Segundo entrevista com a secretária executiva da AMAT, concedida em 20.07.2005, pela Sra. Ana Izabel Pantoja Firmino revelou que na última reunião, composta por vinte e oito prefeitos, dos trinta e oito que a compõe atualmente, tendo o seguinte encaminhamento ao

delegarem como principal bandeira de atuação “a criação do Estado de Carajás”. Os representantes consideraram as seguintes alegações para o separatismo: a necessidade da descentralização administrativa, dadas a gigante dimensão territorial do Estado do Pará, possibilitando uma suposta ‘melhora no controle ambiental’, de forma a provocar uma melhoria da condição de vida da população. (Entrevista Realizada em 2005).

As argumentações para criação do Estado de Carajás, bandeira elegida pelos prefeitos da AMAT, reflete a intencionalidade muito mais de uma elite política-econômica, na representação de seus interesses, do que o anseio de uma sociedade que possui com a região uma identidade, um vínculo relacional, uma relação de pertencimento, dada as condições de formação da população daquela mesorregião, fruto de intenso processo migratório de outras regiões, como consequência de uma fronteira móvel, tendo como uma de suas características a intensa migração inter-regional.

Não há nenhuma menção da atuação da CVRD, das implicações de suas ações e consequências para esta mesorregião, das (des)articulações territoriais que causou, do governo que implementa para gerir seu território privados para atender os interesses desta grande corporação, da forma como contribui para o agravamento das condições das sociedades locais cujo projeto influencia. Em nenhum momento a Vale tem participação na geração desses problemas.

Contraopondo-se as opiniões do Atual secretário executivo da Sedurb a deputada Sandra Batista, que atualmente preside a Comissão de Assuntos Administrativos do Estado e Assuntos Municipais¹³, manifesta-se contra, argumentando sobre a atual condição econômico-social em que se encontra o Pará, segundo ela, atrasado, necessitando política

¹³ Para Sandra Batista esta comissão está esvaziada, sem sentido, uma vez que a União retirou das Assembleias Legislativas Estaduais a prerrogativa de legislar sobre a criação de novos municípios por intermédio da Emenda Constitucional 15/96 modificou Art 18 e inciso 4º da Constituição Federal, retirando do governo estadual a prerrogativa de criar municípios. Também mudou as regras do jogo, tornando mais complicado e de difícil execução o processo de constituição de novos municípios.

de integração muito mais que separação, e tece as seguintes considerações sobre a atuação da AMAT:

Um complicador nessa questão no sul do Pará e na AMAT é porque geralmente os prefeitos são de fora, e vieram pra cá, eles não tem raiz amazônica, então eles não compreendem o estado do Pará como um Estado que precisa de desenvolvimento, existe uma mentalidade da lógica de fronteira, e isso é muito perigoso para o Pará: “eu vim, sou pioneiro, cheguei aqui para trabalhar, os paraenses não estavam aqui, fomos nós que desenvolvemos, criamos as condições necessárias para este desenvolvimento”. Acho que isso acontece porque não há um contraponto do governo do Estado, o Pará é culturalmente separado, não tem unidade, isso é muito perigoso, nada fez, pra as pessoas que chegam no Estado do Pará, que querem contribuir para o seu desenvolvimento entendam que são bem vindas, mas elas já encontraram um Estado, queira ou não, se tem vazio demográfico ou não, aqui já tinha um povo que tem suas raízes amazônicas, não é a toa que o desenvolvimento do sul do Pará é pautado na derrubada da floresta. O sul do Pará já foi à localidade que tinha mais madeira nobre por metro quadrado, eles não conseguem ter a lógica da floresta, dando lugar a grandes fazendas.(Entrevista Realizada em 2006).

Algumas considerações da deputada são bastante pertinentes quando critica a postura dos governantes do Pará ao nada fazerem para buscar uma gestão estratégica para integrar tão vasta extensão territorial, de forma a contemplar minimamente suas mesorregiões, compatibilizar ações em âmbito do ordenamento territorial de forma a dar aos seus habitantes uma mínima sensação de presença do Estado, como isso não aconteceram-se condições sob as quais se ergue um discurso regionalista:

O Estado do Pará é atrasado do ponto de vista do desenvolvimento nacional e as regiões mais ricas e aí o pessoal do Marajó não tem culpa da província do Carajás estar no sul do Pará, não tem culpa de ter lá o ferro, o cobre, o níquel, o ouro. A hidrelétrica, não tem culpa disso, então as regiões mais desenvolvidas têm a maior pujança, tem, ao contrário, de contribuir para o desenvolvimento do Pará como um todo. Eu vejo que a queixa é contra a gestão do Estado, a reivindicação deles é perfeitamente legítima, tem que ter boas estradas, segurança pública tem que ter boas escolas, a saúde tem que ter a presença do Estado, eles afirmam assim: “nós contribuimos tanto por que não temos o retorno?” É por isso que digo é uma questão de gestão entendeu? Por isso digo, é preciso descentralizar a gestão do Pará, realmente fazer com que haja este retorno, mas não é preciso fragmentar o estado. Como somos ricos, mas o dinheiro não volta, eles têm a ilusão que o dinheiro que é arrecadado com a potencialidade econômica do sul do Pará fica todo em Belém (Entrevista Realizada em 2006).

A imbricação das condições de um Estado com as dimensões territoriais e das riquezas naturais e da forma com é capturado pelas relações de produção, especificamente falando da forma como a fronteira incorporou, do conjunto de relações sociais estabelecidas, dando a dinâmica territorial uma especificidade, fundamento para adentrarmos na realidade regional. Portanto gerou condições para atingir a realidade na sua expressão regional, na porção sudeste do Pará, enquanto dimensão imanente de um movimento regionalista¹⁴ sem a substância como vemos no Nordeste do Brasil. Residindo na efetivação de um determinado discurso, passando pela construção conceitual da região, cujo fundamento enfaticamente recai em sua dimensão econômica, não levando em consideração a organização societária, logicamente, também a espacial.

A que vemos expresso na mesorregião do sudeste do Pará é a emergência de um regionalismo, cuja origem emana de uma elite política e econômica, com intuito de aumentar seu poder de decisão local ou regional podendo ser responsável por discursos e práticas como as que vemos no sudeste do Pará ao objetivar sua fragmentação. Materializadora de uma autonomia segundo os argumentos teriam maior expressão e residiria na criação do estado de Carajás. Tendo na AMAT a função de interlocutor dos desígnios dos municípios daquela mesorregião, ou de suas lideranças, uma instância de representação dos grupos mais interessados em apropriação e ampliação de poder.

Os problemas emanam segundo argumentação central no abandono no qual se encontra a mesorregião do sudeste por parte do governo estadual, gerando os graves indicadores deste processo, desvinculando-se das relações sociais de produção que se estabelecem em múltiplas escalas que perpassam a região e estão interligadas reflexos de uma totalidade para o regime de acumulação de capital a nível nacional, responsável pelas graves mazelas sociais, cujo rebatimento é originário da fronteira em expansão do capital como vimos no capítulo II.

Há um tratamento para o conjunto de municípios como se fossem homogeneidades sociais, no qual todos os seguimentos vivenciam as mesmas mazelas regionais de forma a requerer de todos uma união em torno de soluções materializadas na constituição do Estado

¹⁴ Para Castro (1992) o regionalismo não passa de uma ideologia elaborada a partir do substrato regional, com fim específico, que se manifesta como consciência regional. Conceito eminentemente político, vinculado aos interesses regionais, na verdade interesses de classes.

de Carajás, como condição de acessar recursos, que atenderão aos desígnios das diferentes classes sociais.

Há uma convergência de interesses entre as elites econômicas e políticas do sul do Pará em torno do debate por autonomia para região, que abriga os mais expressivos investimentos dos chamados grandes projetos, tendo no Programa Grande Carajás, agente em torno do qual se aglutinam múltiplos interesses e catalisam processos de âmbito sócio-espacial legitimadores de um projeto de autonomia político-administrativo, como o que vemos.

Na construção dos dois regionalismos mais expressivos no Pará, almejando a fragmentação territorial do mesmo, destacamos os do Sudeste tendo como principal bandeira a criação do Estado de Carajás e o do Oeste com a criação do Estado do Tapajós. Encontrando na confluência das argumentações a formação de estrutura econômica que emerge da consolidação do ciclo minerador para o sul e sudeste do Pará.

Quanto aos aspectos historiográficos subjacentes ao regionalismo, tanto do Sudeste, quanto ao Oeste do Pará, manifestam-se nuances significantes diferenciando-os. Para o oeste do Pará há argumentos que remetem ao período régio (1832), podendo ser considerado como elemento de construção de uma especificidade regional:

O fato de o Baixo Amazonas ter sido uma das três comarcas em que foi dividido o Grão-Pará, em 1833, após a promulgação do Código do Processo Criminal, pela regência (1832), adquirindo status jurídico igual aos da comarca do Grão-Pará e do Alto Amazonas (REIS, 1989, p. 167).

Para o Oeste do Para temos uma especificidade dos movimentos de emancipação estarem vinculadas à participação de segmentos da sociedade, se não de todo Oeste, consensualmente em Santarém, através das ações dos comitês. Fato este que já exprime uma fragilidade do regionalismo tapajônico, por não configurar em unidade política entre os municípios, quando consideramos a satisfação das demandas de Santarém sem erguer um projeto regional, nem político para a 'região'.

Para a Mesorregião do Sudeste Paraense temos uma outra tessitura sócio-espacial emanando de sua condição, de uma dinâmica econômica que tem como matriz os rebatimentos do ciclo da mineração, herança do PGC, em sua formação agropecuária entre outras, caracterizando a região com destaque no cenário da economia paraense.

Destaque este que não se reflete representação política, na medida em que não há uma liderança política capaz de interpretar e dar respostas aos anseios de amplos setores da sociedade, conseqüentemente não se cria um projeto político consistente para a referida região. Muito menos consegue elaborar um projeto para a região, capaz de levar em conta os vários cenários, as escalas e aglutinar a força política requerida para dar suporte para execução, incorporando amplos, tanto quantos possam, os setores da sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje para manutenção de seu status de ciência, a Geografia, ou qualquer outra ciência, deve dar sua contribuição para compreender o real, na qual a trajetória de revisitações de suas categorias, de seus conceitos, em especial, e no que diz respeito a este trabalho, a região, dê sua contribuição de forma a superá-la e atualizá-la, revestindo-a do momento presente, compreendendo-a como reflexo de uma totalidade da qual faz parte, resultado e condição.

A região agora deva ser vista como movimento de análise que saia das abordagens anteriores, das relações de contigüidades, do elenco de critérios naturais determinantes, ou mesmo das proposições mirabolantes dos planos de gabinetes feitos desconcatenados com as realidades tão complexas, como a amazônica, da qual vemos a heranças, no espaço, de uma proposição exógena para a nossa região.

Ao discutirmos o conceito de região somos conduzidos à regionalização como forma de sua operacionalização. A aspiração pela criação do estado de Carajás, passa pela insurgência de uma escala expressa como forma de realização de interesses de uma elite, um regionalismo, cujo pano de fundo repousa nas riquezas do caminho da efetivação de políticas públicas para a região através da criação de um canal de diálogo direto com o governo estadual, na medida em que em bloco de municípios formados pela associação ganhava força e voz para requerer, junto à administração estadual, soluções para seus problemas regionais da mesorregião do sudeste e da contradição das condições lá existente, atribuindo ao governo estadual as mazelas sociais, por que não dizer territoriais, sem, no entanto dar a devida explicação às formas sociais de organização da produção, da forma como o capital espacializou-se e especializou a região, retirando da análise importantes agentes do processo, como as grandes empresas, a exemplo da Vale do Rio Doce.

As redes políticas são responsáveis pela insurgência de novas escalas de interpretação das dinâmicas de expressão territorial, de um relativo regionalismo, causadora de transformações significativas na Amazônia, em especial em sua porção oriental, especificamente falando no sudeste paraense, como resposta as distorções no pacto federativo, sendo posto, sobretudo, como um caminho para dar soluções os graves problemas cotidianos dos municípios, na mesma medida em que respondem por acúmulo de poder para suas elites, mas também é inegável sua contribuição para a gestão em sua interface entre a escala municipal e regional.

As operacionalizações desse conceito são utilizadas como forma de apreendermos as transformações ocorridas no sudeste paraense, com intensidade nas três últimas décadas do século passado, como rebatimento de uma realidade maior, a dinâmica territorial brasileira e da forma como o território nacional é requerido a participar em uma escala maior de ações, de uma divisão do trabalho em âmbito mundial.

A utilização do conceito de região como unidade de análise permitiu perceber a convergência de interesses dos diferentes espaços vividos dentro do espaço institucional paraense, construí-se uma região com uma dimensão de forma enfática, a econômica, e as pessoas são incorporadas quando se quer justificar ou apresentar as péssimas condições sociais como argumento para a criação do Estado de Carajás.

Nossa formação sócio-espacial, como expressão dessa totalidade em nível de uma especificidade concreta chamada de Brasil, conduz o processo e impõe uma dinâmica territorial responsável pela compreensão dos processos de regionalização. Estas por sua vez atualizam-se pelo momento presente, pela insurgência de novas escalas, como aconteceu na mesorregião do Sudeste do Pará, tendo na AMAT seu interlocutor frente à união e ao governo estadual.

Para compreendermos a construção regional circunscrita pela atuação da AMAT consideramos a especificidade da dinâmica territorial manifesta pelo movimento de fragmentação e criação de novos municípios, como rebatimento de dois processos. O primeiro que diz respeito à abertura, dentro da constituinte, visando o movimento de descentralização, responsável pela criação do maior número de municípios da referida mesorregião, também significando para as elites a importância da esfera municipal, cujo

enfoque de atuação por parte das elites visa aumentar seu poder político e suas implicações de ordem econômica.

O segundo manifesta-se ao processo de desenvolvimento de uma política econômica que resultou pra a região amazônica, e em especial em nosso recorte estudado, em mudança na economia e no território, elevando os indicadores econômicos dos municípios da mesorregião do sudeste paraense, podendo ser considerados como os mais 'ricos'.

O processo de formação das redes políticas está associado a um conjunto de fatores, inicialmente para melhorar a resolução de problemas, como infra-estrutura, educação e saúde da região. Com o avanço das atividades econômicas, como a agropecuária, a mais recente vocação, agregada as atividades mineradora e madeireira, além, é claro, da atividade de comércio e serviços, polarizada por Marabá. Condicionantes estes cuja existência na porção sudeste do Pará e não nas outras mesorregiões com a mesma força e sua especificidade de atuação e consolidação, tem repercutido em interferência e ingerência para a região, através de ações e políticas públicas consequência da AMAT.

Gerou-se condições para uma elite, política e econômica, passe a pensar e usar estratégias para alcançar uma possível fragmentação territorial do Pará com a criação do Estado de Carajás, cujo fito é ampliação de poder em nível local e regional, tanto pelo suposta diminuição dos números de municípios para se dividir recursos, a exemplo dos arrecadados pela mineração e pela hidrelétrica, bem como a geração de cargos políticos e da administração pública.

A associação municipal, no caso em questão a AMAT, tem uma função importante neste processo, por gerar uma escala de atuação não reconhecida do ponto de vista legal, mas relevante do ponto de vista da administração do governo estadual do Pará, *a regional*, a ponto de ser incorporada pelo planejamento governamental, como forma de atingir os municípios, tanto na efetivação de obras como na capacitação de seus recursos humanos.

Mesmo considerando a relevância e a contribuição da AMAT para o sudeste do Pará deve-se ressaltar que ainda não foi capaz de conceber um projeto para desenvolver a região por não considerar o aspecto multidimensional (economia, política, cultura, sociedade, instituições, etc.) da realidade e da forma relacional que abrigo em sua essência todos esses aspectos.

Essa incapacidade de elaboração de projeto de desenvolvimento regional pode ser a tradução da atual condição de inconsistência do ponto de vista teórico, para pensar a região, as teorias sobre essa palavra tão polissêmica como o desenvolvimento frente à inserção a um só tempo, da totalidade mundo e a formação econômico-social chamada Brasil.

Logo se compreende a ênfase ao aspecto político sobre os demais ao pensar um projetos regionais centralizado em uma proposta de criação de um estado como consequência de um regionalismo que ainda foi capaz de criar uma unidade e nem projeto político capaz de efetivar tais intenções, logo se manifesta a imaturidade do projeto, sua inconsistência é provada pela incapacidade de dar soluções para os problemas regionais, ou, para pensar a região, enquanto um projeto amplo, nas suas múltiplas dimensões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAT – Associação dos Municípios do Araguaia Tocantins. **Novos Caminhos para a Educação do Sul e Sudeste do Pará.** Belém: AMAT/UNICEF, 1995.

_____. **Sul e Sudeste do Pará: crianças e adolescentes conquistando seus direitos.** Belém: AMAT/UNICEF, 1996.

_____, Estatuto da Associação dos Municípios do Araguaia-Tocantins aprovado em assembléia em 27/01/2001- Marabá - Pará e alterado na assembléia geral de 07/02/2001 – Belém na sede da Amat. <http://www.amat.org.br/estatuto.htm>. Acesso em: 20 set. 2005.

_____, Carajás Estado Já. Bom pro Pará. Melhor para o Brasil. <[http://www.amat.org.br/Estado de Carajas](http://www.amat.org.br/Estado_de_Carajas) - Bom para o Brasil> Acesso em: 20 set. 2005.

BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios.** Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

BALBIM, R. N. **Região, Território, Espaço: Funcionalizações e Interfaces.** In: CARLOS, A. F. A. (org) **Ensaio de Geografia Contemporânea Milton Santos; Obra Revisitada.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Hucite: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

BECKER, B. **Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004^a.

_____. **Uma Nova Regionalização Para Se Pensar o Brasil.** In: LIMONAD, E. et al (orgs) **Brasil Século XXI, por uma nova regionalização, processos, escalas, agentes/organizadores.** São Paulo: Max Limonad, 2004b.

_____. **Síntese do Processo de Ocupação da Amazônia, lições do passado e desafios do presente.** In: Brasil, Ministério do Meio Ambiente. **Causas e Dinâmicas do Desmatamento na Amazônia.** Brasília, 2001.

_____. **Os Eixos de Integração e Desenvolvimento e a Amazônia.** In: Território, nº 6 – jan/jun. 1999.

_____. **Modernidade e gestão no território no Brasil: da integração nacional a integração competitiva.** [S.l], 1991.

_____. **A Crise do Estado e a Região: a estratégia da descentralização em questão.** Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, a. 48, nº 43-62, trimestral, jan. 1986.

BEZZI, M. R. **Região Desafios e Embates Contemporâneos.** Local: Editora, Ano.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Notas remissivas e textos integrais das emendas constitucionais. São Paulo: Saraiva, 2001.

BREITBACH, A. C. de M. **Estudo sobre o Conceito de Região.** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.

BOISIER, S. **Em Busca do Esquivo Desenvolvimento Regional: entre a caixa-preta e o projeto político.** Planejamento e Políticas Públicas. Nº 13 – jun.1996.

_____. **Post-Scriptum Sobre o Desenvolvimento Regional: modelos reais e modelos mentais.** Planejamento e Políticas Públicas. Nº 13 – jun.1999.

CASTRO, I. E. **O mito da necessidade; o discurso e prática do regionalismo nordestino.** Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1992.

_____. **"A região como problema para Milton Santos"**. In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenagem a Milton Santos. *Scripta Nova. Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, vol. VI, núm. 124, 30 de septiembre de 2002. <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124.htm> [ISSN: 1138-9788]

CARDOSO, F.H. & MÜLLER, G. **Amazônia: expansão do capitalismo.** São Paulo. Editora Brasiliense, 1977.

COELHO, Maria Célia Nunes.; COTA, Raymundo Garcia (Orgs.). **10 anos da estrada de ferro Carajás.** NAEA/UFGA, 1997.

CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial.** São Paulo: Ática, 1986.

DIAS, L. C. **Redes: Emergência e organização.** In: São: CASTRO I. E. de; GOMES, P. C. da C; CÔRREA, R. L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 141-164.

_____. **Os sentidos da Rede:** Notas para Discussão. In: Dias L. C. & SILVEIRA, R. L. e L. Redes, Sociedades e Território. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

EMMI, Marília. F. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais.** Belém: NAEA/UFPA, 1988.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GOMES, P. C. da C. **O conceito de região e sua discussão.** In: CASTRO I. E. de; GOMES, P. C. da C; CÔRREA, R. L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49- 76.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança;** tradução Adail U. Sobral & Maria S. Gonçalves. - São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. A teoria marxista do Estado. (In) A Produção Capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

HÉBETTE, J. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia.** Vol. I. Belém: EDUFPA, 2004.

HAESBAERT, R. RS: **Latifúndio e Identidade Regional.**Porto Alegre:Mercado Aberto.

_____.**Região, Diversidade Territorial e Globalização.** In: GEOgraphia – Ano. 1 – Nº 1- 1999.

KOHLHEPP, G. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia.** Revista. ESTUDOS AVANÇADOS 16 (45), 2002.

LENCIONI, S. **Região e Geografia.** São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2003.

LIMA, I. G. **Configurações de circuitos espaciais de poder na Amazônia.** In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, AGB/USP, 2005.

_____. **Escalas Insurgentes na Amazônia Brasileira.** In. LIMONAD, E. (Org.) Brasil, Século XXI – Por Uma Nova Regionalização? Processos, escalas e agentes. Rio de Janeiro: Max Limonad, 2004.

_____. **Da representação do poder ao poder da representação: uma perspectiva geográfica.** In: Território Territórios / Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo – AGB – Niterói, 2002.

MATTOS, M. V. B. de. **História de Marabá:** Marabá, Grafil, 1996.

MORIN, E. **Ciência Com Consciência;** tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. – Ed. Revisada e ampliada pelo autor - 7ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

OLIVEIRA, A. U. de. **Amazônia: Monopólio, Expropriação Conflitos** - 5ª ed. – Campinas, SP: Papirus, 1995.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **Por Uma Geografia Nova, Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. **Técnica, Espaço e Tempo, Globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **Pensando o Espaço do Homem** (1ª ed., 1982). 5ª ed. São Paulo: Ed. Da universidade de São Paulo, 2004.

_____. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **Da Totalidade ao Lugar.** São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas:** tradução de Maria Irene de Q. E. Ezmrencyani.- 2. ed. – São Paulo, EDUSP, 2003 (Coleção Milton Santos: 3)

SILVEIRA, M. L. **A Região e a Invenção da Viabilidade do Território.** In: (org) SOUZA, M. A. A. de. Território Brasileiro, Usos e abusos. Campinas: ed, Territorial, 2003.

SOUZA, M. A. A. de. **Centros, Redes e Margens: Perspectivas Sobre a Natureza do Espaço.** In: CASTRO, I. E. de et al. Redescobrimo o Brasil 500 Anos Depois. Rio de Janeiro, Bertand Brasil, 2000.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria crítica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SPOSITO, S. E. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: UNESP, 2004.

PALHETA DA SILVA, J M. **Poder, Governo e Território em Carajás.** Presidente Prudente: Faculdade de ciência e tecnologia / Universidade Estadual Paulista, 2004.(Tese de Doutorado).

TAVARES JÚNIOR, Homero Francisco. **O novo perfil jurídico da associação e da fundação no Código Civil de 2002.** Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 125, 8 nov. 2003. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4480>>. Acesso em: 23 set. 2006.